

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

MEC/INEP
SIBE - CIBEC

A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

- POLITICA E INSTITUIÇÃO -

MARCOS COIMBRA

- 1981 -

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

RELATÓRIO I - PARTE A ,

A MERENDA ESCOLAR NO CONGREGO NACIONAL - PRIMEIRAS

OBSERVAÇÕES E TRAJETÓRIA PARLAMENTAR:

DO POPULISMO AO REGIME AUTO.

RITARIO

SETEMBRO 1981

¹ - INTRODUÇÃO

Ao longo das três últimas décadas, muitas foram as iniciativas de parte do Poder Executivo em relação ao estabelecimento de "políticas da alimentação (ou nutrição)", formuladas e implementadas sob alegações variadas, mas que, essencialmente compartilham a constatação óbvia do precário estado nutricional de extensos segmentos da população brasileira, sendo o mais crucial aquele constituído pelas crianças na fase pré-escolar e de educação primária fundamental.

Os planos foram consubstanciados na criação de várias burocracias públicas encarregadas da execução dessas políticas, sendo a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (ex ' Campanha Nacional de Merenda Escolar, ex Campanha de Merenda Escolar), cuja atuação abrange todo território nacional, até hoje a principal responsável no que toca à complementação alimentar dos escolares de primeiro grau.

A ampla área de ação, o elevado contingente populacional coberto pela Campanha e ainda as grandes quantidades de alimentos e recursos manipulados para a operação de seus programas, formam um conjunto de fatores que levam-nos à suposição de que o Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados, dado que nele em tese, estão representados os setores envolvidos (produção, indústria e "consumidores"), mantêm-se atento aos desdobramentos da política de alimentação escolar, ao mesmo tempo em que procura influir no processo, seja em busca de contemplar este ou aquele setor produtivo, seja objetivando privilegiar mais ou menos certas parcelas do eleitorado.

Buscando determinar que papel, se algum, tem realmente representado o Congresso Nacional, face a estas políticas, a equipe realizou um inventário das manifestações parlamentares

durante as Sessões Legislativas, era relação ao tema geral, "Alimentação (ou Merenda) Escolar", em termos de iniciativa do Governo Federal, desde a época da instituição da Campanha da Merenda Escolar (1955) até 1980.

A partir dos registros taquigráficos de pronunciamentos em Plenário, procurou-se reconstituir as proposições de projetos (encaminhadas e votadas), discursos e debates ocorridos, tanto em Grande Expediente quanto no "Pinga--Fogo" (Pequeno Expediente), formulação de Requerimentos e ainda Pequenas Comunicações.

É possível que, dada a pouca precisão dos registros, que vão se tornando cada vez menos específicos à medida em que se recua no tempo, tenha havido pronunciamentos não registrados, embora este fato deva trazer reflexos apenas quantitativos em nossa análise. A tarefa de leitura seqüencial de toda a coleção do Diário do Congresso Nacional, a partir de 1955 afigurou-nos impossível dentro das limitações desta Pesquisa.

II " ASPECTOS QUANTITATIVOS

Na Câmara dos Deputados, executando-se^a - partes -, foram encontrados cerca de 104 pronunciamentos de alguma forma relacionados com o tema, no período proposto.² Deste total, a maioria - 37,7% são Pequenas Comunicações, intervenções curtas e não-programadas, no Pequeno Expediente.

As Apresentações de Projeto e encaminhamento realizados quando da deliberação da Casa a este respeito somam cerca de 23 ocorrências (22,1%), vindo os Discursos em Pequeno Expediente em 3º lugar (21,1% das ocorrências). Os requerimentos, em sua maioria solicitando informações ao MEC acerca do andamento da Campanha nos estados, são um número de 15 (14,4%). Os discursos no Grande Expediente somaram 3,8% do total. (Vide tabela I).

A ocorrência de pronunciamentos de Deputados ao longo dos 25 anos observados³ mostra irregularidade em termo de freqüência: não foram encontrados quaisquer pronunciamentos sobre o tema nos anos de 1955, 1957, 1958, 1960 e 1970. Por outro lado, percentualmente, os anos em que houve mais manifestações foram 1976 (15,4%), 1967 (10,5%), 1980 (9,6%) 1964 (8,6%), 1968 (8,6%), 1965 (6,7%). Os demais variam entre 1 e 5 pronunciamentos por ano (Ver gráfico).

As discussões em torno de projetos concentram-se, em maioria (43,4% dos totais) durante o ano de 1976.

Outros projetos foram propostas ou votados nos anos de 1956, 1961, 1964, 1967, 1968, 1972, 1975, 1978 e 1979 * (Ver gráfico).

Metade dos discursos em Grande Expediente foi

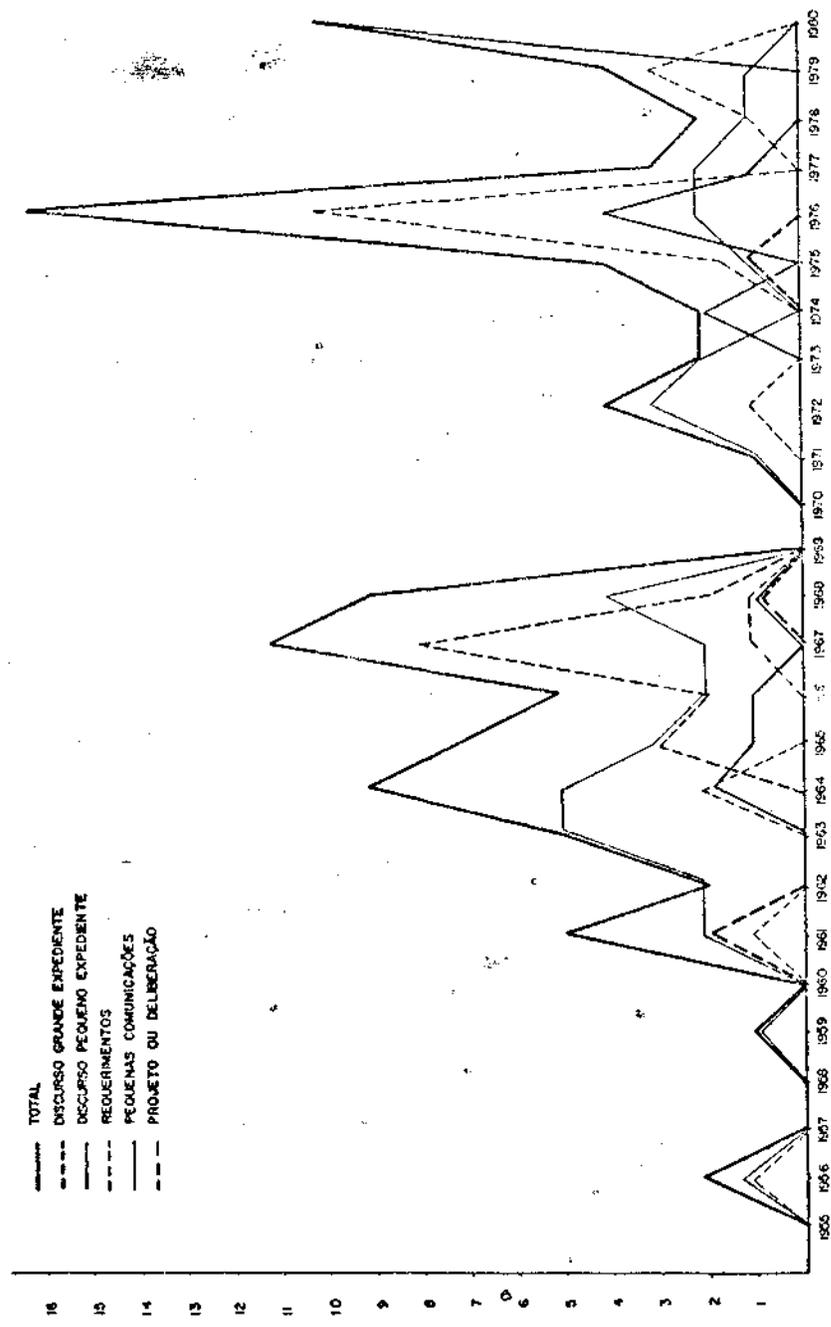
T A B E L A I

	AP. PROJETO ou DELIBERAÇÃO	DISCURSO GRANDE EXPEDIENTE	DISCURSO PEQUENO EXPEDIENTE	REQUERIMENTO	PEQUENA COMUNICAÇÃO	T O T A L
1955	-	-	-	-	-	-
1956	01	-	-	-	01	02
1957	-	-	-	-	-	-
1958	-	-	-	-	-	-
1959	-	-	-	-	01	01
1960	-	-	-	-	-	-
1961	01	02	-	-	02	05
1962	-	-	-	-	02	02
1963	-	-	-	-	05	05
1964	02	-	02	-	05	09
1965	-	-	01	03	03	07
1966	-	-	01	02	02	05
1967	01	-	-	08	02	11
1968	01	01	01	02	04	09
1969	-	-	-	-	-	-
1970	-	-	-	-	-	-
1971	-	-	-	-	01	01
1972	01	-	-	-	03	04
1973	-	-	-	-	02	02
1974	-	-	02	-	-	02
1975	02	01	-	-	01	04
1976	10	-	04	-	02	16
1977	-	-	01	-	02	03
1978	01	-	-	-	01	02
1979	03	-	-	-	01	04
1980	-	-	10	-	-	10
TOTAL	23	04	22	15	40	104

o

GRÁFICO I

FREQÜÊNCIA DE PRONCIAMENTOS DE DEPUTADOS POR CATEGORIA/ANO



proferida em 1961, quando também ocorreu o 1º debate sobre então Campanha Nacional da Merenda Escolar na Câmara dos Deputados. Outras manifestações no "horário nobre" das sessões Legislativas somente ocorreram em 1968 e 1975 (Ver gráfico).

(45,4%) dos discursos durante o Pequeno Expediente ocorreram no ano de 1980, estando os outros pulverizados em 1977, 1976 (18%), 1968, 1966 e 1964 (Ver gráfico).

A totalidade dos requerimentos acha-se concentrada entre 1965 e 1968, sendo que mais da metade (52%) em 1967. Não se encontrou os registros de Requerimentos em nenhum momento anterior ou posterior ao período acima delimitado (Ver gráfico).

As Pequenas Comunicações, acham-se distribuídas de maneira mais uniforme no período. Executando-se os anos de 1955, 1957, 1958, 1960, 1970, 1974 e 1980, quando não ocorreram, o número de manifestações desta categoria tem variado entre 1 e no máximo 5 ocorrências (em 1963 e 1964), por ano (Ver gráfico).

No quadro partidário anterior a novembro de 1965, observa-se clara predominância dos pronunciamentos feitos por parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro. Das 30 ocorrências registradas entre 1955 e novembro de 1965, 50% são de parlamentares petebistas. 40% dos restantes dividem-se igualmente entre parlamentares do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) e os outros 10% para os demais partidos.

Note-se que o primeiro pronunciamento de um deputado udenista especificamente sobre a Merenda Escolar ocorre, isoladamente, em 1963, somente havendo novas manifestações de deputados daquela agremiação a partir de 1964 (Vide Tabela 2).

Entre 1965 (novembro) e 1979, observamos a ocorrência de cerca de 60 pronunciamentos. Aproximadamente 56% deste total constitui-se de pronunciamentos de Deputados filiados ao MDB ficando a ARENA com o restante.

A nível do presente relatório ainda não foi possível montar um quadro tomando como referência os novos partidos surgidos a partir da extinção da ARENA e MDB.

III - ASPECTOS QUALITATIVOS o

A maneira através da qual a merenda escolar é abordada pela Câmara dos Deputados parece acompanhar as grandes linhas de atuação daquela Casa Legislativa dentro do período histórico posto em observação.

Assim, é possível distinguir dois grandes períodos: O primeiro, correspondente à fase final do populismo, de cuja vertente "Welfare" se originou inclusive a Campanha Nacional de Merenda Escolar; até sua derrota definitiva no Congresso, que culminou com o episódio da Decretação do Ato Institucional nº 05; O segundo, a partir da reabertura do Parlamento, onde se presenciam as articulações de novos interesses, seja dos setores produtivos, seja das massas populares.

1. A última ascensão do populismo é o movimento de 1964.

Durante os primeiros 5 anos de existência da Campanha, ela não parece atrair diretamente sobre si a atenção dos deputados. As preocupações, quando surgem, dirigem-se predominantemente a aspectos gerais sobre o abastecimento de gêneros as populações urbanas mais pobres, e as agências encarregadas, como o SAPS ou a COFAP. Não obstante, o Nutricionismo, enquanto profissão pelo menos, interessa à Câmara que, já em 1956 assiste à apresentação de um projeto de Lei criando curso de formação profissional superior naquela área.⁵

A primeira grande reestruturação da Campanha, em 1959, quando deixa de ser uma simples subdivisão da DEEE (Divisão de Ensino Extra-Escolar) e seu Superintendente passa a ter mais autonomia, reportando-se diretamente ao Diretor do Departamento Nacional de Educação, enseja também o primeiro pronuncia-

mento de um deputado a cerca do que vem sendo desenvolvido, em termos de alimentação escolar, pela Superintendência da Campanha. Este discurso contém referências muito elogiosas do seu Dirigente, e é possível que faça parte da batalha burocrática interna pelo controle da (já naquele momento), cobiçada direção da Campanha Nacional de Merenda Escolar.

Trata-se de uma comunicação, lida pelo Deputado Fonseca e Silva⁶ que, não tendo sido reeleita para a próxima legislatura, despedia-se da Câmara.

Depois de declarar-se empenhado nos assuntos de Educação e Cultura, o Deputado lamenta o desconhecimento a que se relega "o problema da Merenda Escolar, de que é Superintendente o abnegado Professor Salvador Giullanelli (Sic)," conclamando seus pares a compartilharem com ele da "grave" e "dramática situação da nossa população escolar".

Após fazer referências às iniciativas da FAO para "chamar atenção dos governos", como a conferência sobre Agricultura e a Alimentação, de Hot Springs (1943) e Genebra (1947); que "ressaltou a imperiosidade de se fomentar a alimentação escolar, dando-lhe a prioridade entre as medidas que se tomassem para melhorar o estado nutritivo da população", além de outros eventos como a 1ª Conferência Sobre Problemas de Nutrição na América Latina (Montevideu - 1948)"; a reunião de Baguio, no mesmo ano, a II, III e IV conferências Latino-Americanas de Nutrição (...) e, mais recentemente, os Simpósios de Desnutrição Infantil, promovidas pelo Instituto Interamericano del Niño, da Organização das Escolas Americanas" (La Paz e Cali - 1975) e o I Seminário Regional de Merenda Escolar (Bogotá, 1958); o Sr. Fonseca e Silva informa: "O Brasil, em 1955-ano em que por proposta de seu dirigente foi instituída a então Campanha de Merenda Escolar - resolveu enfrentar, em termos racionais e objetivos a realidade que um ano antes comprovara, pela divulgação dos resultados do inquérito alimentar mandado proceder em diferentes pontos do País. E o quadro é chocante."

O Deputado cita então os dados sobre as condições nutricionais, lembrando do que, em 1956 somente 10% das crianças iam à escola em situação nutritiva satisfatória, bem como outros dados, que revelariam os progressos obtidos a partir da implantação da Campanha: "Até 1945, o índice de alunos, sobretudo de escolas primárias que recebiam alimentação dentro da escola não passava de 4%, Já em 1955 este índice subiu para 10% e agora, não podemos deixar de dizer, alto e bom som, que já atingiu 40%. Por que? Porque frente a esse serviço se encontra um abnegado, um homem cheio de espírito público, que falta a muitos administradores nesta terra. Estamos cansados de ouvir frases bonitas, algarismos cor-de-rosa...!"

Neste momento do discurso, um curioso aparte do Deputado Frota Aguiar: "Precisamos de um movimento revolucionário para acabar: com isso."

E prossegue o Sr. Fonseca e Silva: "...mas o que sentimos no grande Professor Salvador Giulianelli é sua dedicação a frente desse trabalho."

Zidiantemente, a informação de que o programa da Campanha Nacional de Merenda Escolar conta com o auxílio do FISI, que "representa hoje 19,5% de seu atendimento global de 1,000.000 de crianças o que o transformou no maior programa continental considerado (...) como 'padrão' para aplicação na América."

Depois de atribuir essa eficiência do "técnico que a criou" (Julianelli) e que teria imprimido a Campanha características de eficiência de uma empresa privada, já que conseguiu transportar em 1958, "sem que possua sequer um caminhão em todo território nacional, 11 milhões de libras-peso⁷ de alimentos sem contar 3.168 toneladas que lhe forneceu o FISI," o orador critica "o açoitamento vigilante da imprensa que lhe responsabiliza (à Campanha) pelo abandono lastimável de mercados nos portos, cuja propriedade lhe é atribuída quando, em

realidade, não lhe pertence. Isto ocorreu cie um ano a esta data nada menos que 19 vezes (...)"

Ressaltando que a Campanha recebe apoio de diversos setores, inclusive do Congresso, o Deputado Fonseca e Silva conclui: "Por tudo isso e pelo desenvolvimento da nova experiência de participação das comunidades na solução do problema da produção local e da alimentação racionalizada, o quadro de há quatro anos, quando se anuncia para julho a realização do seminário da Merenda Escolar promovido pela FAO e pelo FISI no Brasil, sem apresentara de maneira totalmente diversa. Aquele índice de nutrição desejável, então de apencis 10%,- apresenta-se no je elevado para 40%. Mantido este ritmo, em 1967 teremos exterminado o mais deprimente aspecto da subnutrição infantil, no que se refere as crianças que freqüentam escolas. Atividade de tão imediato resultado poucas vezes pode ser constatadas em nos so país" (...)

Além do incisivo comentário de Deputado Frota Aguiar, nenhum aparte ou comentário a propósito deste pronunciamento. Somente dois anos depois, a partir de janeiro de 1961 é que o assunto volta a interessar o plenário da Câmara, no apagar das luzes do Governo Juscelino Kubitschek, quando abre o pano político para o ato final do populismo na vida política brasileira contemporânea.

a 25 daquele mês, o Deputado goiano Benedito Vaz (PSD), em seu discurso encaminhando o projeto do Código Nacional de Alimentos⁸ relaciona entre seus elaboradores o Dr. J. J. Barbosa, "ex-membro do Conselho Coordenador do Abastecimento e agora na Campanha Nacional da Merenda Escolar".

Informa ainda a parlamentar que este projeto foi preparado por solicitação do Dr. Walter Joaquim dos Santos, Secretário-Geral do Conselho Coordenador do Abastecimento.

Dois meses depois, acontece o que talvez tenha

sido a mais acalorada discussão parlamentar em torno da Campanha Nacional da Merenda Escolar, envolvendo dois deputados da bancada Pernambucana, ambas pertencentes ao Partido Trabalhista Brasileiro: o famoso geógrafo, o nutricionista Josué de Castro e Estácio Souto Maior, polemista ferino.

Durante o Grande Expediente de dia 2 de março de 1961,⁹ o Deputado Josué de Castro profere um longo Discurso denunciando o programa de ajuda alimentar Norte-Americano, conhecido na época como "Alimentos para a Paz".

Qualifica-o de paternalista e inaceitável, por gerar dependência, classificando o programa de estratégia do Departamento de Agricultura dos EUA para se livrar dos estoques excedentes, que estavam fazendo cair o preço dos alimentos no mercado mundial.

O Deputado Josué de Castro depois de assegurar que "com essa compra, o Brasil instala indústrias concorrentes às nacionais, que vão remeter seus lucros para os Estados Unidos, em dólares", em certo momento, adverte: "(...) Há ainda um perigo enorme: é que esses excedentes são transitórios. Os Estados Unidos estimulam o consumo de certos alimentos no mundo, como o fez no Brasil, depois que seus excedentes acabam, ficamos nós sem ter para quem apelar e passamos a ter crises de formação de hábitos, sem ter meios de satisfazê-los. Isso não é hipótese, e dou meu testemunho do Delegado do Brasil na FAO.

Há dois anos, em novembro de 1959, lutei denotadamente porque os Estados Unidos queriam suspender os planos de Alimentação das crianças com leite em pó, por estarem prestes a extinguirem seus excedentes. Foi preciso uma luta titânica dos países subdesenvolvidos para que prorrogasse, por alguns meses, o plano. Graças à boa vontade, no caso, do Governo do Canadá, não foram suspensos os programas de alimentação, de merenda escolar, alimentação infantil com excedente de leite em pó. Ax

está outro perigo desses planos de Alimentos para a Paz, que são paliativos, e não planos de solução integral" (...)

Em vez de propor este tipo de negócio, os Estados Unidos deveriam, acrescentou Josué de Castro, ou doar os gêneros, ou colocá-los à disposição da ONU, que se encarregaria de distribuí-los.

Mais adiante, lembrou o Deputado, um encontro, era 1955, com o então Presidente Truman, dos Estados Unidos, quando propôs a este a doação à FAO, organismo que na época dirigia, dos excedentes alimentares norte-americanos o "o Presidente Truman, tendo como testemunha seu ministro da Agricultura Sr. Charles Brown, respondeu-me o seguinte; "Não posso concordar cora o senhor, os Estados Unidos não podem abrir mão de seus excedentes de alimentos para as Nações porque os Estados Unidos devera manipular seus alimentos politicamente: Confessava o Presidente norte americano que seu país desejava barganhar com a fome dos povos famintos do mundo." ..."Longe de ser esse um plano de alimento para a paz, é ura plano para captar alianças para a formação de guerras. Ê alimento para a guerra e não para a paz."

Ao final de seu discurso, o Deputado Josué de Castro faz um apelo ao Presidente da República: "(...) que não venda a fome dos brasileiros, porque os brasileiros preferem passar fome a ser escravos (...)"

"O Brasil continua a mandar na sua miséria, na **sua** fome e no seu subdesenvolvimento. É capaz de, com sua economia, com sua poupança, com seu esforço e trabalho, tornar-se independente da falsa caridade, das grandes potências colonialistas imperialistas e exploradoras da fome do mundo."

O Diário do Congresso informa, na edição que **publicou este** pronunciamento, que o **Plenário se** manifestou com **muitos aplausos e cumprimentos do** orador.

Imediatamente a seguir, no entanto, sobe à tribuna, ~~em~~ caráter preferencial, o Deputado Souto Marior, que inicia seu discurso avisando que este "visa criticar os demandas administrativos da Campanha Nacional da Merenda Escolar."

A partir daí, todo o discurso adquire a característica da denúncia, corrente no início do governo Jânio Quadros, quando uma onda de "moralização administrativa" inspirada pela célebre "vassourinha" gerou a instalação de inúmeras comissões de inquérito, de sindicância e de correição administrativa.

Em primeiro, lugar, o Deputado caracteriza como "estranha" a ascensão a altos cargos administrativos de certos "profissionais da administração pública que até agora, impunemente, desfrutam da falta da vigilância com que se conduzem neste país, os negócios públicos (...) a personificação da solércia que nenhuma medida destrói, porque fornece hoje para renascer amanhã (...) esse "abominável homem das verbas" (...) manteve-se nos governos anteriores como hoje procura equilibrar-se por entre ameaças de devassas e inquéritos que, só efemeramente parecem tolher a desenvoltura com que assoalham a certeza de impunidade que compram e mercadejam como meio de vida. Um dos mais expressivos exemplares dessa fauna ao mesmo tempo pitoresca e danosa domina hoje um dos setores de maior importância no campo da educação e da assistência: a Campanha Nacional de Merenda Escolar. Trata-se de seu Superintendente, o Tenente Coronel do Quadro do Magistério Militar, Medico, Nutrólogo, Técnico, Especialista, Planejador e o que mais ele mesmo se intitula, Walter Joaquim dos Santos."

Em seguida, o parlamentar pernambucano traça o que seria um perfil biográfico do Superintendente, carregado de ironia: "... Transformou-se em pouco mais de 4 anos, de simples e acredito que dedicado mestre-escola do Colégio Militar do Rio de Janeiro, em potestade internacional... possui a idéia - fixa dos planos... surgiu na administração civil como planejador de

um programa experimental de distribuição de leite em pó às populações pobres do Estado de Pernambuco. Por feliz coincidência, o plano salvador, executado às vésperas da eleição de 1954 trouxe como única e previsível consequência a eleição de candidatos a cargos detidos alguns de seus amigos, comanditários e protetores. (...) A vocação de nutrólogo de sua excelência arrastou-o do novo órgão então criado, a Campanha de Merenda Escolar..." ' "... o resultado da imprevidência dos incautos levou-o à Secretaria Geral do Conselho Coordenador do Abastecimento, tendo como lastro os fabulosos planos de erradicar a desnutrição no setor escolar... não abandonou a idéia fixa dos planos que o atormenta até hoje. "(...) "De sua posse, em setembro de 1957, dedicou-se o Abastecedor e sua equipe a elaborar exclusivamente o Plano Nacional de Abastecimento, consubstanciado no Decreto nº 42.332 - A de 25 de setembro de 1957 (...)"

Quando o Sr. Souto Maior acusava o Superintendente de falta de vivência com os problemas nacionais e estranhava suas constantes viagens, inclusive ao exterior, o Deputado Josue de Castro o aparteia: "É profundamente lamentável que, (...) por idiosincrasia, por intolerância e por incompreensão pessoal com aquele que criou a Campanha de Merenda Escolar, que fui eu, seu colega de bancada, por Pernambuco, pelo ódio que aguarda a este colega... venha V. Ex- detestar um homem capaz e combater uma Campanha das mais úteis e essenciais ao desenvolvimento do Brasil."

Desse momento em diante, ocorre uma mútua troca de acusações. Souto Maior dizendo que Castro também viajava ao exterior à custa da Campanha e este acusando o primeiro de tentar impedir, por motivos pessoais e mesquinhos, a distribuição de leite pela Campanha, "apenas para que, em Pernambuco, eu não tivesse o prestígio de ser o criador de alguma coisa que fosse benéfica ao Brasil inteiro."

Em seguida, Souto Maior volta à carga contra o

Superintendente da Campanha, relembrando o fracasso de seus planos quando na CCA, que teriam-no levado a demissão pelo então presidente Kubitschek.

0

"Demitido em fevereiro de 1959 da CCA, menos de um mês levou rearticular suas providências. (...) Em 18 de março publicava o Diário Oficial da União (...) três Decretos, de nomes 45.582, 45.583 e um sem número. O primeiro, dava auto.nomia técnica a Campanha Nacional de Merenda Escolar, subordinando-a ao Departamento Nacional de Educação... O segundo... considerou de interesse militar as funções exercidas na referida Campanha por militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O terceiro, sem numero, nomeava o coronel estrategista para Superintendente desse órgão do Ministério da Educação (...) Taaas foram as repercussões, tão ofensivas aos militares a medida que dois dias depois, pelo decreto nº 45.589, de 20 de março de 1959 o Presidente da República tomou o ato insubsistente (...)."

"(...) Militarizada a Merenda Escolar, já que o seu Superintendente anterior dispendo apenas de uma qualificação de representação, pensava o novo comandante em chefe das cantinas escolares em acumular seus vencimentos, uma vez que, na realidade, diz respeito a segurança nacional a merenda que as criancinhas das escolas primárias sorvem."

"(...) voltou as viagens, e durante dois anos em que permaneceu a frente da Campanha Nacional de Merenda Escolar, pouco mais de quatro meses conseguiu estar sem viajar. Mas vamos analisar, para encerrar estes comentários o que foi a transformação do último estágio administrativo do educador Walter Santos, de um órgão eminentemente técnico, dedicado as causas da educação e da assistência, em ancoradouro de interesse nem sempre os mais legítimos.

Basta citar que, em quatro anos, de março de

1955 a idêntico mês de 1959 dispendeu Campanha a importância de Cr\$ 73.416.000,80, para atender a um contingente de 1 milhão e 800 mil escolares. Ao assumir a Superintendência encontrou o Coronel Santos nos cofres da instituição a importância de Cr\$ 295.669.167,40. Em 1959 e 1960 dispôs a Campanha de dotações no montante de Cr\$ 460.000.000,00. Mesmo se considerarmos que tenha recebido apenas 1/4 dessa importância, teria a CNME, nesses dois anos de administração Cr\$ 395 milhões. Trezentos e noventa e cinco milhões em dois anos, ou seja, mais de cinco vezes o que gastou a administração anterior no dobro do tempo. Isto equivale a dizer que em cada ano de sua administração, dispendeu o coronel dez vezes mais que seu antecessor (...) Aumentou o atendimento? Não, lamentavelmente não, foi mantido no mesmo nível. E o digo baseado nos dados do próprio órgão, publicados em seu Boletim Oficial."

Adiante, a parlamentar afirma que o dinheiro foi gasto em instalações suntuosas pois a sede da Superintendência das Representações, além da compra de veículos, sem falar de possíveis "descalabros" nas aquisições de leite e gêneros, além da ampliação do quadro de funcionários de 36 em 1956 para 98 e mais tarde mais de 250 elementos.

Finalmente, cita o relatório - denúncia¹¹ "do jornalista Ruy Paes de Castro, ex-assessor do Sr. Walter Santos, publicado na íntegra no "Correio Braziliense", através do qual se expressa em toda a verdade esse drama administrativo que é a Campanha dirigida pelo Coronel, pois nada menos de 74% dos recursos foram destinados as atividades-meio daquele órgão"(...)

Concluindo:

"(...) Falaram os números e os fatos. Que falem agora as medidas que uns e outros estão a exigir do Presidente Jânio Quadros. (...) "E termina por desafiar Josué de Castro que prove não ter se elegido, em 1954 e 1958 com o leite em pó do FISI. Num aparte final, o Deputado Josué de Castro rebate:

"Não é verdade. (...) V.Excelência faz esse discurso para que o Sr. Jânio Quadros o demita (ao Cel. W. J. Santos) porque ele é um recomendado meu."

Este conflito interparlamentar teve ainda desdobramentos na sessão do dia seguinte quando, no Pequeno Expediente, o Deputado Josué de Castro comunicou que o deputado Estácio Souto Maior teria adulterado as transcrições taguigráficas do debate anterior, o que provocou reação do acusado, e consequente troca de insultos, inclusive a ponto de serem interrompidos pelo Presidente da Mesa (Deputado Sérgio Magalhães) em nome do decoro parlamentar.¹²

Deve-se notar que, nesta época, ocorreu a exoneração do Superintendente e baixou-se uma legislação de caráter eminentemente regulatório das aplicações de recursos e "modus operandi" da Campanha, para o que é provável supor tenha contribuído este debate aqui relatado.

Dois meses depois, o Deputado Pereira da Silva profere uma comunicação no Pequeno Expediente em que defende arduamente o Programa de Alimentos para a Paz e diz que a eles se opõem "apenas fazem o jogo das grandes nações imperialistas de Além - Atlântico e das costas do Mar Amarelo que manobram com a vida dos povos fracos subdesenvolvidos e subjugando-os."

Acusa o deputado Josué de Castro de tentar resolver o problema da fome com "tragos de cuba-libre, salada à Che Guevara e caldo vermelho com temperos amarelos".¹³

Conquanto não tenha havido réplica, parece este um exemplo de que a reação ao "populismo radicalizado" característico do discurso petebista daquele momento, também já começava a se orquestrar no Congresso.

1962 não é um ano de muitas manifestações na Ca-

mara sobre a atuação na 'Campanha. Talvez o populismo de novo no poder tenha encontrado nova acomodação para os interesses ao redor da Merenda Escolar.

A criação da SUNAB, em 1963, com a subsequente transferência para esta da Coordenação geral do abastecimento no país, cabendo-lhe inclusive a indicação do Superintendente da CNME, parece ter trazido conseqüências no sentido de desorganizar e mesmo paralisar a atuação desta última, razão pela qual praticamente todos os pronunciamentos daquele ano são comunicações de parlamentares apelando ao MEC pela liberação de verbas ou gêneros programados pela Campanha para seus estados e que não foram distribuídos, ou o foram com muito atraso, tanto no primeiro quanto no segundo semestre.¹⁴

O ano de 1964, que marca o esgotamento do modelo que gerou a própria Campanha, testemunha dois momentos distintos, como era de se esperar: os primeiros meses, de críticas do regime, que demitia funcionários eficientes ou antigos da Campanha, ou ocasiões em que se denunciava o "abandono" em que se encontravam os escolares;¹⁵ e os meses posteriores à introdução do novo regime, de elogio à sua atuação, inclusive quanto à dinamização da Campanha,¹⁶ a reordenação legal, como a votação do projeto de lei do Poder Executivo de restituir à total competência do MEC a gestão da CNME.¹⁷

A partir de 1965, começa uma fase de gradual afastamento entre os parlamentares e a Campanha: A natureza do regime pós - 64 o faz cada vez mais refratário à influência de parlamentares, e isto se reflete na articulação dos mesmos com a CNME. É a fase dos sucessivos Requerimentos de Informações, entre 1965 e 1968. De início, ainda que indiretamente, a Campanha se dava ao trabalho de responder¹⁷. Em seguida, provavelmente pela crescente "militarização" da Campanha e o aprofundamento de suas vinculações com programas de ajuda externa como a Aliança para o Progresso, USAID, PMA/FAO, etc, bem como do surgimen

to de denúncias quando ao desvio e malversação desses recursos e gêneros em alguns estados, a quantidade de respostas geradas a partir de requerimentos parlamentares decresce muito.¹⁸

Enquanto parece impermeável à pressão parlamentar, a Campanha começa a se tornar pouco a pouco, alvo interessante aos diversos grupos produtores de alimentos no país, tendência que já se acentua na década de 1970 e será objeto de estudo à parte. No entanto, já em 1967, surge a primeira proposta que (embora não aprovada) se pode considerar de interesse de um setor do "agrobusiness" nacional: o deputado da ARENA por São Paulo, Marcos Kertzman apresenta um projeto que determina o aproveitamento do café estocado na Merenda Escolar.¹⁹

O último ano de vida parlamentar na década de 1960 foi 1968, época em que, também no que diz respeito a Merenda Escolar, a temperatura dos debates volta a subir à semelhança, e não por acaso, da crise que gerou o Movimento de 1964.

Por outro lado, a Oposição faz violentas críticas ao "empreguismo" da (agora) CNAE²⁰ e do projeto de criação do FNDE e suas "perigosas Conseqüências", "um instrumento de promoção pessoal do Ministro da Educação".²¹

A Campanha reage, sai do silêncio, seja atendendo o requerimento de informações, seja através de discursos de deputados situacionistas, onde se elogia a atuação da CNAE, bem como, seu caráter "criativo e misericordioso".²²

Estes irão se constituir nos derradeiros debates parlamentares sobre a Campanha durante seus primeiros quinze anos de existência.

Sobre este período, pode-se perceber que a Alienação do Escolar foi um tema secundário, que somente se fez notar nos momentos em que ameaçou modificar comportamentos eleitorais, ou colocou-se em discussão como parte de uma conexão

internacional, mais ampla. Houve momentos em que também serviu de pano de fundo para disputas pessoais, conflitos entre burocratas aos parlamentares, que, no entanto, não levaram a questionar a essência da política de alimentação escolar vigente.

É provável que isto se deva ao fato da base alimentar da Campanha ter sido, em sua maioria, de origem estrangeira, ou adquirida em setor e que mal começava a despontar como vanguarda da agro-indústria que seria montada na década de 1970. Por outro lado, a população - alvo aos programas de merenda escolar, quando esteve representada no Congresso, dedicou-se mais aplicadamente a outras consignas o que pode explicar, inicialmente a pequena atenção, mesmo do PTB, ao tema. Vale ressaltar, no entanto, que o principal teórico e fomentador da Campanha era também deputado daquele partido.

NOTAS

1. Na divisão de Taguigrafia da Câmara dos Deputados existe um Arquivo de pronunciamentos, por parlamentares e por assunto, ano a ano. A entrada "merenda escolar" foi introduzida a partir de 1971. Nos anos anteriores, os pronunciamentos estão arquivados sob as rubricas: "alimentação", "educação e ensino", "abastecimento" ou Ministério da Educação e Cultura".

No Senado Federal, este registro é mantido através do computador do Prodasen, mas os dados até agora inseridos referem-se a mais ou menos 1975. Referências anteriores são atualmente difíceis de obter, já que o processo de transferência de sistema de registro tornou precárias as condições do arquivo manual existente. Por outro lado, houve perda da parte deste registro quando da transferência do Senado para Brasília, segundo informou o chefe da divisão. Dadas estas condições, somente foi possível levantar os registros de projeto proposto e discutidos por Senadores disponíveis no PRODASEN.

2. O primeiro pronunciamento especificamente sobre a CNME ocorreu em 26/01/1959.
3. Em 1969 *não* houve Sessões Ordinárias do Congresso, que permaneceu fechado quase todo o tempo em função das condições políticas no momento.
- 4.
5. Deputado Benjamim Farah. Publicado no Diário do Congresso Nacional em 06/10/1956 - pag. 9.148.

6. Publicado no Diário do Congresso Nacional em 27 de janeiro de 1959, Seção I, pag. 645. Não encontramos registros da afiliação partidária a bancada de origem deste parlamentar.
7. O Equivalente a cerca de 5.000 toneladas.
3. Publicado no DCN, de 26/07/61, pag. 9.
9. Publicado no DCN, de 03/03/61, pag. 1.094 e seguintes
10. O Deputado se refere ao Decreto nº 45,583
11. Correio Braziliense 05/02/81, pag. 1 a6. Na verdade é uma Longa carta aberta ao Superintendente da CNAE, de onde o deputado extraiu a maioria dos dados e acusação contidas em seu discurso. Esse episódio será comentado posteriormente.
12. DCN, 09/03/1961, pags. 1337/1338.
13. Publicado do DCN, 7 de junho de 1961, pags. 3793/3794.
14. Veja-se, neste sentido os pronunciamentos dos Deputados Wilson Chedid (DCN, 22/05/63, pag. 2565); José Carlos Teixeira e Ezequias Costa (DCN, 29/05/63, pags. 2750/2756) e João Menezes (DCN, 02/08/83, pag. 5052).
15. Discursos dos Deputados João Veiga (07/03/64, DCN, pag. 1414) Daso Coimbres (19/03/64, pag. 1625) e ainda João Veiga (31/03/64, pag. 1893).
16. Francelino Pereira (21/04/64; 08/05/64; pags. 2492/2945) e João Veiga (26/05/64 - pag. 3984 - pag. 4229).
17. Dentro do processo de "esvaziamento" institucional porque passou a SUNAB após o golpe, uma das medidas foi progressiva "devolução" dos órgãos a ela subordinados pela Lei Dele

- gada que criou, dos seus ministérios de origem. No caso da CNME o processo se deu mediante aprovação de substitutivo do Projeto de Lei nº 1977-A, do Poder Executivo. O Substitutivo foi redigido porque, segundo um dos deputados presente, a Mensagem do Executivo viera muito mal redigida. Ocorre que, neste processo, o Congresso termina por decretar a "ressurreição" do "famoso" Decreto 45.583 (interesse militar) que fora revogado dois dias depois de promulgado, ainda em 1959. Esta situação perdura até hoje. DCN, 26/05/64 , pag. 3484, pag. 3800).
17. Vide os requerimentos dos deputados Arnaldo Nogueira (DCN, 27/03/65, pag. 1313) - João Veiga (DCN, 28/08/65, pag. 7049) e Lopo de Castro (10/12/65, pag. 10.737), e as "respostas" através dos discursos dos Deputados Diomício de Freitas (19/06/65 pag. 4671) e Carlos Werneck (14/10/65 pag. 8514), ambos contendo dados sobre a atuação da Campanha.
 18. Requerimentos não respondidos em 1967 Márcio M. Alves (DCN 29/03/67, pag. 782) Antônio Bresolin (DCN, 25/04/67 pag.1633) , Wilson Braga (31/06/67, pag. 7803), Day.l de Almeida (DCN, 15/11/67 pag. 13) e Wilson Braga (ao DNCR, 18/11/67 pag. 7803).
 19. DCN, 26/04/67 - pag. 1686.
 20. Como o discurso do Deputado do MDB/GB, Raul Brumini, ao reclamar do não atendimento de RI a CNAE, critica o fato "de um dos assessores do Diretor é pai da primeira dama deste País, D. Yolanda Costa e Silva" (DCN, 22/08/68, pag. 12).
 21. Deputado Ismael Dias Novaes (DCN, 16/10/68, pag. 7236) e João Maria Ribeiro (DCN, 29/10/68, pag. 1037).
 22. Deputados Paulo Abreu (DCN, 26/06/68, pag. 3703); Geraldo Freire (DCN, 24/09/68, pag. 6420) e Elias Carmo (09/10/68 , pag. 27).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

c

RELATÓRIO I- PARTE B

A PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL NA CAMPANHA:

DOS ANOS 40 AOS ANOS 60

A PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL NA CAMPANHA:

DOS ANOS 40 AOS 60

Ainda que de importância variável ao longo da história da Campanha, a participação internacional no programa de alimentação escolar brasileiro sempre foi intensa. Hoje essa intensidade é talvez pequena numericamente, mas houve um tempo em que era ela mesma que fazia possível e que concretizava a política. Assim, dos 26 anos de atuação da Campanha, os primeiros quinze, de 1955 a 1970, foram de total e nítido predomínio da participação externa, sendo ela, portanto, elemento crucial para compreender a política e suas características. É, no entanto, apenas dos primeiros quinze anos, entre 1946 e 1960, que se ocupa esta seção.

Antes, porém, um esclarecimento necessário. Não se deve entender a afirmação de que a presença exterior foi intensa e crucial como uma sugestão de sua determinação exclusiva, isto é, de que, conhecida ela, nada mais haveria de significativo ou determinante. Ao contrário, como esperamos mostrar em outras seções do trabalho, sem uma análise da complexa dinâmica de fatores políticos, intelectuais, econômicos e organizacionais eminentemente internos, é a perspectiva interpretativa centrada nos aspectos internacionais que se torna irrelevante. O que é, aliás, óbvio, pois só faz sentido pensar tais aspectos tendo como referência outros de caráter nacional, uma vez que as influências externas não se exerceriam no vácuo. Com esta ressalva em mente, podemos prosseguir.

A organização da análise de participação internacional será cronológica, e poderia não sê-lo. Há, porém uma grande coincidência entre datas e transformações importantes na presença externa na Campanha, tornando adequada uma periodiza

ção basicamente temporal. Assim, poderíamos dizer de uma primeira "etapa FISI"¹, compreendida principalmente nos anos cinquenta, uma segunda, que chamaríamos "etapa USAID", nos sessenta e, finalmente, a terceira, sem imprecisão designável como "etapa nacional", nos anos setenta.

A adoção destes nomes para as etapas da Campanha decorre de dois tipos de razões. Em primeiro lugar, do fato de que as origens fundamentais dos alimentos distribuídos ficam assim caracterizadas. Se, então, na primeira etapa, os gêneros vinham principalmente do FISI, na segunda sua origem era o Programa "Alimentos para a Paz" da USAID e, na última, provinham de compras no país. Em segundo, e mais relevante, de que, mesmo quando a origem do alimentos não fosse nem única e nem, às vezes, a maior quantitativamente, ela terminava por subordinar toda a lógica da Campanha. Desta maneira, o nome "etapa FISI", por exemplo, não quer significar que viesse exclusivamente do Fundo o alimento, mas que o funcionamento global da Campanha tomava como referência os gêneros transferidos por essa fonte, e suas regras de operação, compreendendo, inclusive, a administração interna em vários aspectos, como as formas de supervisão, e a definição de prioridade de atendimento.²

Teríamos, então, três períodos, a cada um dos quais corresponde uma década. De novo, aqui, se faz necessária uma precisão, pois as fronteiras cronológicas não são tão nítidas assim. Há uma considerável interpenetração nas transições, tanto no início dos sessenta, como no dos setenta. Acreditamos, contudo, que é legítimo dizer, sinteticamente, que a Campanha, nos anos cinquenta, vive uma etapa FISI, nos sessenta, e etapa USAID, e nos anos setenta, seu período nacional. Vamos, agora, nos ocupar da primeira.

A ETAPA FISI: ANTECEDENTES

A criação pela ONU do Fundo Internacional de Socorro à Infância, em 1946 só é compreensível dentro do quadro do pós-guerra e do sentimento coletivo, na comunidade internacional, despertado a partir da constatação dos efeitos da guerra sobre as crianças européias. Os vividos sinais de abandono, miséria, sofrimentos e perdas que, logo após cessada a onda de triunfalismo dos Aliados, se tornaram evidentes, fizeram com que o clima de euforia desse lugar a uma justa e humanitária preocupação com a sorte de milhares de crianças órfãs e sofridas pela guerra.

É importante deixar claro que esse sentimento humanitário existiu e foi decisivo, não sendo recurso de estilo ou mitologia organizacional, como mais tarde se poderia dizer. Assim, se nos anos posteriores a atuação concreta do FISI já tivesse pouco desse clima, ele foi sem dúvida básico no início e, sem ele, a própria organização não teria, talvez, existido.

Dessas características do período constitutivo decorrem alguns traços significativos do FISI em seus primeiros anos de operação. Em primeiro lugar, que suas aplicações fossem canalizadas quase que exclusivamente para as regiões da Europa mais atingidas pelos conflitos. Assim, foram Itália, Alemanha, e França, nessa ordem, os principais beneficiários do Fundo, nenhum deles maior, porém, que a Organização para os Refugiados da Palestina, que centralizava o atendimento às crianças judias.³ Em segundo, que as contribuições privadas voluntárias representassem cerca de 25% do total dos recursos do Fundo, em demonstração da relevância da dimensão humanitária de que ele se revestia.^{1*} Em terceiro, que quase todos os Governos do mundo contribuíssem, embora com quantias muito variáveis, para seu

custeio. O Quadro I, a seguir, mostra mais claramente a participação dos principais financiadores do FISI:

QUADRO I

PRINCIPAIS CONTRIBUINTES DO FUNDO INTERNACIONAL

DE SOCORRO à INFÂNCIA

- Até 1949 -

CONTRIBUIÇÕES PRIVADAS (US\$)		CONTRIBUIÇÕES GOVERNAMENTAIS (US\$)	
Austrália	1.855.412	E.U.A	60.273.502
N. Zelândia	1.578.120	Austrália	9.889.280
África do Sul	1.551.785	Canadá	6.177.272
Reino Unido	1.458.429	Suiça	2.142,356
Canadá	1.346.621	TOTAL Governos	88.005.116

Fonte: UNICEF, op cit, pags. 3 e 4.

Pode-se ver que, do lado privado, os países da Comunidade Britânica ocupam os cinco primeiros lugares. Não eram eles os únicos, no entanto, uma vez que desde a pobre Etiópia com seus modestos US\$ 686, até o minúsculo San Marino, com US\$ 910, diversos países haviam contribuído para o FISI no período, bem como outros países díspares quanto as Filipinas, o Afeganistão, a Nicarágua, Cuba e a Indonésia.⁵

Do lado governamental, percebe-se que os E.U.A., sozinhos, representavam cerca de 68% dos recursos totais e, somados aos três seguintes, alcançavam quase 90% das contribuições governamentais globais. Vários outros governos também tinham dado alguma coisa, inclusive os de países pobres como a

Costa Rica, Singapura, a Guatemala e Uruguai (este, aliás, com S\$ 1.000.000).⁶

Outra característica fundamental do FISI de então, impressa em seu próprio nome original, mas perdida com a tradução para o português, era a idéia de "fundo de emergência". O termo sugere algo de transitório, pois, presume-se, as emergências são sempre passageiras, ou não teriam esse nome. Não era, porém, em respeito à semântica que, no início de 1950, uma sensível rediscussão do FISI tem lugar dentro da ONU.

Comandada pelos países de maior participação financeira no Fundo, entre eles os EUA, o Reino Unido e o Canadá, é encaminhada à Comissão Social da ONU uma proposta, apresentada pelos EUA, de extinguir o FISI. De outro lado, contando com a óbvia simpatia da Diretoria-Executiva do FISI, é apresentada uma proposta conjunta alternativa, pelo Brasil, França, a Índia, a Iugoslávia e a Turquia. Por esta, o FISI manteria seus suprimentos, inclusive para "a alimentação em massa das áreas mais necessitadas", e os estenderia à América Latina, à Ásia e à África.⁷

É fácil compreender a posição americana. Por um lado, a situação já se havia recuperado razoavelmente na Europa, também como resultado da atuação do chamado Plano Marshall., de reconstrução e reaparelhamento dos estragos da guerra. Por outro, iniciativas privadas, como o CARE (Committee of American Remittances to Europe), se haviam mostrado mais eficazes, de seu ponto de vista, pois permitiam uma identificação imediata de quem estava beneficiando a quem, sem a intermediação da ONU.

Também não é difícil entender a proposta conjunta. Para os países pobres, o fim do FISI representava a perda de uma fonte pontencial de recursos, relevante apesar de pequena, para custear iniciativas de muito baixa taxa de retorno econômico. O Brasil, a Índia e a Turquia, potências de 29 esca

lão, faziam apenas o papel de porta-vozes do mundo sub-desenvolvido, tendo como aliados a França, às voltas com um imenso império colonial falido, e a Iugoslávia, já desde então aguerrida defensora do "terceiro-mundismo", além de uma das principais beneficiárias do Fundo, ela própria. Para estes países, o FISI, com seus 90% de recursos originados no mundo desenvolvido, poderia ser um ótimo freguês.

A proposta conjunta contava com um poderoso aliado dentro da própria burocracia do FISI, algo bastante imaginável. Na medida em que sua sobrevivência institucional ficava ameaçada com o fim da "emergência" na Europa, a Diretoria-Executiva do FISI havia desenvolvido uma inteligente estratégia de fait-accompli, em duas frentes. Por uma, buscando aumentar, nem que nominalmente, a lista de governos participantes na formação do Fundo. Com isto criava-se uma arena maior de decisão sobre a sua continuidade, pois muitos países teriam algo a opinar sobre isso. Por outra, ampliava-se o número de países beneficiários, sob a argumentação lógica de que suas crianças também viviam em "emergência", só que, neste caso, permanentemente.⁸

Desde 1949, assim, o FISI vinha contribuindo para programas de auxílio à criança fora da Europa, ainda que, de pequena escala, cabendo mencionar, pela relevância para nosso tema, um projeto piloto de alimentação escolar, na América Central, acoplado a toda uma série de iniciativas de melhoria da escola rural,⁹ e um amplo projeto de saúde infantil no Uruguai, envolvendo o fornecimento de gabinetes dentários e equipamentos de raio X.¹⁰

A institucionalização e expansão do FISI não era apoiada por ele próprio, porém. Do lado da opinião pública e do Congresso Americano, havia também resistências à suspensão do Fundo, sendo favoráveis, ao contrário, ao aumento de sua contribuição.¹¹

Contando, então, com a maioria da Assembléia Geral, cora a simpatia do próprio FISI e com o respaldo da opinião pública americana, não é surpresa que a proposta conjunta saísse vitoriosa, apesar dos votos contrários das Delegações dos EUA, Canadá e Reino Unido. O resultado é que, em 1950, ainda que mantivesse o nome original, o FISI deixava de ser um simples mecanismo provisório, vindo a se consolidar e expandir a partir daí,,

Como se pode perceber, o Brasil havia desempenhado um papel muito importante para essa decisão, se encarregando de apresentar proposta e defendendo-a diplomaticamente. Já antes, naquele crítico ano de 49 em que o FISI buscava se expandir, era muito pelo resultado das gestões brasileiras que o Fundo havia pela primeira vez atingido a America Latina, algo que o próprio FISI reconhecia: "A iniciativa para o trabalho do FISI no Brasil, ou na realidade para sua extensão aos países da América Latina, foi primeiramente tomada pela Delegação Brasileira junto as Nações Unidas, em fevereiro de 1949. "¹²

Seria possível imaginar que essa influência brasileira no FISI, que, logo após 1950, frutificaria também em substanciosas contribuições de equipamentos e gêneros, , decorresse de sermos um importante financiador do Fundo. Ao contrario, a realidade é que o Brasil só fez sua primeira contribuição ao FISI depois da apresentação da proposta que viemos discutindo, mais precisamente em junho de 1950. Não é esta a explicação, portanto.

A razão para tal influencia parece estar em um intenso e bem sucedido trabalho diplomático desenvolvido pela Delegação Brasileira na ONU, desde, pelo menos, 1948. Tal esforço se fez, inclusive, muitas vezes contra uma relativa indiferença ou cautela, do governo brasileiro, que não via com clareza as vantagens que poderia tirar de tudo aquilo. A tramitação da primeira contribuição brasileira ao FISI permite sentir isto nitidamente.

Em janeiro de 1950, o Diretor Executivo do FISI oficiou ao Ministro Raul Fernandes, solicitando que o Brasil cumprisse suas obrigações para com o Fundo.¹³ O Itamaraty formou à Delegação na ONU que as providências para a contribuição haviam sido tomadas, mas que sua aprovação pelo Congresso Nacional seria facilitada caso "aos planos de assistências às crianças brasileiras fosse dado o beneplácito do FISI".¹⁴

É óbvia a atitude do governo, que só queria se comprometer depois de ter certeza de que receberia algo em troca.

Em abril, a Delegação da ONU, vendo avizinhar-se a Reunião da Comissão Social, lembra ao Itamaraty que "a contribuição brasileira seria triplicada em ajuda",¹⁵ no que é secundada por uma comunicação da Embaixada em Montevideu que, além de informar o recebimento de recursos do FISI pelo Uruguai, termina frisando que "o Uruguai contribui para o FISI".¹⁸ Em junho, já em plena reunião do FISI, com toda a negociação praticamente concluída para o primeiro acordo com o Brasil, da de concreto podia ainda a Delegação oferecer. Em uma sucessão nervosa de telegramas dos dias 8, 10 e 15 de maio, deflagrada por uma solicitação urgente de esclarecimentos sobre se o Brasil afinal ia ou não ia contribuir, finalmente surge a primeira manifestação clara sobre a contribuição brasileira, que seria de Cr\$ 2.000.000, a preços de 1950.¹⁷

Toda essa tramitação, seus antecedentes e desdobramentos se acha sumariada em uma carta-telegrama do Embaixador João Carlos Muniz ao Itamaraty, de 26/06/1950, a qual deve ser comentada em mais detalhe.¹⁸ Começa o Embaixador informando que avisou o FISI da contribuição brasileira e que "com nossa posição reforçada por essa pequena contribuição, travamos vigorosa batalha para a distribuição de novos fundos para a América Latina". Lembra ainda, que "em 1948, conseguimos que, pela primeira vez, votasse a Junta Executiva (do FISI) uma verba

destinada às crianças latino-americanas, e daí por diante quase que dólar a dólar, obtivéssemos em diferentes sessões da Junta que essa quantia fosse aumentada para 4.340.000 dólares." No total se incluía a aprovação, naquela reunião, de mais um milhão de dólares, metade dos quais destinada a programas na Bolívia, Chile, Paraguai e Honduras Britânica.

Quanto à outra metade, "graças exclusivamente à nossa intervenção", fora concedida para o primeiro programa brasileiro a ser aprovado pelo FISFI, ao qual retornaremos adiante. A Carta-Telegrama procurava, inclusive, mostrar que não era o peso eventual de um "bloco latino-americano" que fizera com que o Fundo dirigisse sua atenção para a região e o Brasil, pois, até mesmo no sentido muito inglório de levar fisicamente os demais delegados sul-americanos às reuniões, era a Delegação Brasileira que liderava os pleitos comuns.

Concluí o documento: "Assim, ..., no momento em que estão sendo embarcados os primeiros suprimentos de alimentos e remédios, julguei interessante fazer este pequeno retrospectivo dos esforços ininterruptos da Delegação Brasileira em defesa das crianças brasileiras e Latino-Americanas num setor de atividades da ONU que talvez mereça maior divulgação do que lhe vem sendo dada até agora. É de justiça mencionar os nomes dos esforçados e inteligentes funcionários que realizaram esse trabalho em benefício da criança brasileira: Os Secretários Sérgio Correia da Costa, ... Roberto de Oliveira Campos, que travou as mais árduas batalhas na Junta Executiva para obtenção de créditos cada vez maiores em favor da América Latina e Miguel Alvaro Ozório de Almeida, seu continuador, a quem coube levar a bom termo, com infatigável zelo e inteligência, o contato entre o FISFI e o governo do Brasil. A esses três dedicados funcionários deve a criança brasileira a assistência que está em vias de receber."

Antes de analisar esse primeiro acordo entre o

Brasil e o FISI, é necessário discutir um pouco mais a hipótese atrás levantada da relevância desse canal diplomático e que transparece nitidamente nos trechos transcritos do documento. Seria natural que o Itamaraty percebesse seu próprio papel de maneira exagerada e a fonte poderia ser, portanto, suspeita.

Por diversas razões, acreditamos que não, ou seja, que de fato o "anel diplomático" criado entre o Itamaraty e a burocracia do FISI teve importância decisiva, não só nesse momento inicial, como durante todo o período que estamos designando "etapa FISI". Com a expressão "anel", queremos chamar atenção para a formação de um sólido laço de amizade e mútua compreensão entre a diplomacia brasileira e o FISI, derivado em parte, provavelmente, da indiscutível capacidade que ela sempre teve em comparação com os serviços diplomáticos de outros países do terceiro Mundo.

Só assim se entenderia porque o Brasil veio a ocupar uma posição tão vantajosa nas alocações de recursos do FISI, desproporcionais tanto às contribuições realizadas, quanto aos gastos nacionais em programas de auxílio à criança e quanto ao que os outros países latino-americanos recebiam. Só assim se explica porque a burocracia do FISI fosse, literalmente, fascinada com os "brasileiros da ONU", particularmente Roberto de Oliveira Campos e Cleantho de Paiva Leite.⁻¹⁸ Assim também se explica que um contribuinte tardio e modesto do Fundo viesse a ter seu representante, a partir de 1952, como 2º Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente do Comitê de Programas, as duas instâncias decisórias colégias das básicas do FISI..²⁰ Finalmente, assim se compreenderia porque o FISI fosse tão tolerante e paciente com um país que, salvo sua diplomacia, dava mostras de não se preocupar muito com ele, que atrasava sua contribuição sistematicamente, que descumpria, com sua tolerância, termos contratuais assumidos e que teve, sempre, de **ser** digamos, protegido por ele quando se **revelava** incapaz de cumprir os programas que apresentava. Os exemplos dessas situações são inúmeros, e nos ocuparemos de alguns a seguir.

A ETAPA FISI: DO 1º ACORDO A MERENDA ESCOLAR

Mais desenvolto e atuante depois de superada a lastimável situação de nunca haver contribuído para o Fundo, o anel diplomático brasileiro começa a se movimentar com grande rapidez. Já em 51, o Brasil passa a possuir o maior programa latino-americano apoiado pelo FISI..²¹ Em 53, da ajuda total aprovada para a região, 44% se destinavam ao Brasil o que, no dizer da Delegação da ONU, é "uma alta porcentagem"²² Obviamente o era, ainda mais se lembrarmos que a situação da criança aqui não era muito pior que em outros países.

A importância dessa "conexão novaiorquina" foi grande desde o início e o primeiro acordo com o FISI é sintomático de sua força, pelas características muito peculiares que possuiu. Em primeiro lugar, foi assinado em 9 de julho de 1950, ou seja, no dia anterior da comunicação oficial de que o Brasil contribuiria de fato para o Fundo.²³ É desnecessário frisar o quanto isto era atípico para o FISI, que, habitualmente, insistia na pré-condição de ser depositário para que um país sequer pleitasse apoio. Em segundo lugar, o Acordo, em seus considerandos, afirmava que "o Governo (do Brasil) submeteu o seu próprio programa de assistência em benefício de crianças, adolescentes, gestantes e mães lactentens e que preparou planos de operação no que concerne à utilização adequada e á distribuição de suprimentos... e que o Fundo aprovou a sua própria participação nos seus planos".^{2k}

Ora, as iniciativas do Brasil nesse campo, desenvolvidas pelo Departamento Nacional da Criança (de que nos ocupamos em outra seção deste trabalho), o DNCR, mostravam, de fato, aumento substancial nas dotações orçamentárias, mas seguiam uma definição de prioridades que dificilmente se poderia dizer

aproximadas às do FISI. De um lado, o relatório do Governo Brasileiro ao FISI sobre as atividades de proteção à criança de 1940 a 50, afirmava que "o maior evento foi a reorganização do DNCR", medida exclusivamente burocrática. De outro, dizia que dava prioridade aos aspectos educacionais, dentre os quais destacava as "medidas morais" que tomara, como a proibição de revestinhas em quadrinhos.²⁵

Em terceiro, por inaugurar, desde o momento inicial, um padrão de recalcitrância sistemática na contribuição brasileira ao FISI. Apesar de assinado em julho, somente em dezembro o Brasil faria o pagamento devido.

De qualquer maneira, o Acordo permitia o primeiro programa brasileiro apoiado pelo Fundo. Ele representava o gasto de cerca de US\$ 500.000, para iniciativas de proteção à criança nos estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, discriminados como se pode ver no Quadro 2.

QUADRO 2

PROJETOS E GOSTOS DO ACORDO DE 1950 ENTRE O FISI E O BRASIL

PROJETOS	GOSTOS (US\$)
1. Provisão de leite em pó, margarina e capsulas de vitaminas a crianças, nutrizes e gestantes.	230.000
2. Melhoria de Hospitais Materno-Infantis	179.000
3. Vacinas contra crupe e difteria	25.000
4. Treinamento de parteiras	16.000
5. Campanha de Educação e Saúde para mães	20.000

Fonte FISI: "Memento Aulia", 1951, pag. 1

Para supervisioná-lo o PISI instalou sua primeira representação local no Brasil, sediada em João Pessoa, e nomeou um funcionário para chefiá-la. Não deixa de ser tentadora a hipótese de associar a curtíssima permanência desse funcionário, Ismail Martinez Sottomayor, menos de um ano (especialmente se lembrarmos que sua sucessora fica no Brasil cerca de dez anos), com sua aparente incapacidade de entender o "jeito brasileiro" de se relacionar com o PISI.

Nem bem chegado, ele já estava furioso com a demora em receber a quantia comprometida. Em ofício ao Ministro, ele pergunta "quando e em que forma (sic)"²⁷ o dinheiro poderia ser movimentado. Não contente com isso, uma semana depois avisa que vai denunciar ao FISI o atraso.²⁸ Definitivamente, não parecia adaptado ao Brasil.

O fato é que em julho de 1951 uma substituição acontece, e entra em cena uma pessoa que teria decisivo papel em tudo o que o Brasil faria na área materno-infantil até os anos 60. Tratava-se de Gertrude Luiz, uma suíça, que não falava português, só havia trabalhado na Europa, mas que se torna a mais brasileira de toda uma série de funcionários internacionais do período.²⁹

Logo de largada, a sede do FISI é transferida para o Rio de Janeiro, e o regime de pão e água a que o governo Brasileiro submetia o representante do FISI é mudado. Em 1950 e 51, o total do apoio nacional para a missão do Fundo, foi, respectivamente de Cr\$ 300.000 e Cr\$ 344.000. Com a Sra. Lutz, em 1952, essa contribuição sobe para Cr\$ 2.600.000. Também interessante, nos dois primeiros anos, a origem dos recursos era o DNCR e, no seguinte, passa a ser diretamente o Itamaraty.³⁰

Só isso já seria bastante para supor a formação de um novo "anel" entre a diplomacia brasileira e o FISI, desta vez interno e paralelo ao anel novaiorquino. Há, porém, dezenas,

literalmente, de outros exemplos de como se superaram os problemas da primeira fase, mediante uma sólida amizade e favores mútuos que se passaram a prestar dentro de um novo pacto de solidariedade estabelecido com a Sra. Lutz.

Em Gertrude Lutz, o Governo Brasileiro adquire uma aliada e uma amiga, alguém disposto a defender as iniciativas brasileiras com, pelo menos, o mesmo vigor que um funcionário nacional. Seus relatórios parei o FISI, as justificativas que enviava para a Diretoria Executiva quando novos projetos estavam em negociação, sua capacidade de entender e relevar os atrasos e demoras são, verdadeiramente, notáveis.

:. , Nada mais natural, portanto, que o Itamaraty tivesse para com ela comportamento de grande cordialidade. Em pequenas e grandes coisas, a Sra. Lutz tem sua vida facilitada sobremaneira, sempre sendo atendida e sempre atendendo ao que dela se esperava.³¹

Exemplo notável dos bons resultados dessa estratégia é o destino dado à contribuição brasileira do FISI. No tempo de Sottomayor, o Brasil, depois de atrasos e negaceios, acabou contribuindo com Cr\$ 1.700.000, em 1950 e Cr\$ 1.600.000, em 1951. Esses recursos, embora minguados e inferiores ao combinado em Nova Iorque, foram gastos na compra de excedentes de arroz, depois distribuídos pelo FISI em seus programas na Índia. De 1952 em diante, a contribuição brasileira cresce significativamente, atingindo, em 56/57, a quantia de Cr\$ 9.000.000. Só que essa soma passou a ser gasta no pagamento dos fretes dos suprimentos fornecidos pelo FISI, algo que, se não afrontava o Acordo assinado, não chegava a ser muito "normal", pois uma das cláusulas previa que seriam do Brasil "as providências para o recebimento, descarga, depósito, transporte e distribuição."³² Com a solução adotada, o Brasil fazia a magia de dobrar o valor de seu dinheiro, que ao mesmo tempo saldava sua obrigação para com o FISI e pagava a conta dos fretes que, até então, tinham de sair de outro lugar.

Dada, assim, a força da ligação que o Governo Brasileiro, através do Itamaraty, conseguiu estabelecer com o FISI, tanto em Nova Iorque, como no Rio de Janeiro, não é surpresa constatar o crescimento do apoio do Fundo do Brasil. O Quadro 3, a seguir, sintetiza os diversos programas aprovados pelo FISI até 1954:

QUADRO 3

PROGRAMAS APROVADOS PELO FISI NO BRASIL

1.950 - 1953

ANO	TIPO DE PROGRAMA	VALOR TOTAL APROVADO (US\$)
1950	Assistência Materno Infantil (E/ICEF/R-9)	500.000
1951	Usina de Pasteurização de Leite em João Pessoa e Alimentação de Crianças e Gestantes (E/ICEF/R-262)	230.000
	Equipamento de novas Instituições de Proteção à Maternidade e Infância e Treinamento de Parteiras (E/ICEF/R--242)	220.000
1952	Alimentação Crianças e Gestantes (E/ICEF/R-320)	550.000
1953	Alimentação Crianças e Gestantes (E/ICEF/R-425)	287.000
	Idem (E/ICEF/R-427)	32.000
	Treinamento de Parteiras (E/ICEF/R-483)	23.000
	Fabricas de Leite em pó e Bolsas de Estudo (E/ICEF/R-494)	498.000

Fonte: Adaptado do FISI, Atividades do Fundo das Nações Unidas para Infância do Brasil, pags. 1 e 2.

Obs.: As siglas entre parênteses são os números dos Programas dentro do FISI.

A leitura desse quadro permite fazer algumas observações relevantes para a discussão. Em primeiro lugar, vê-se como os sucessivos programas aprovados são semelhantes ao primeiro, ou seja, que, se o ritmo de aprovação se acelera, a tendência é de manter o mesmo estilo básico. Isto, como é compreensível, não agradava ao Brasil, que já no ano de 51 informava ao FISI sua intenção de apresentar projetos em quatro novas áreas de atuação, diversificando a linha tradicional de fornecimento de gêneros para alimentação suplementar. Pretendiam-se recursos para instalar uma fábrica de DDT, para usinas de pasteurização e fábricas de leite em pó, para uma fábrica de penicilina e para criar um Centro Internacional de Treinamento, no Rio de Janeiro, voltado para a preparação de pessoal para programas de assistência Materno-Infantil.³³

Dessas todas, o FISI aprovaria apenas aquelas que visavam a substituir as transferências de alimentos: as fábricas de leite em pó e as usinas de pasteurização. Esses projetos sofreram cortes logo no início e tiveram uma demoradíssima tramitação, por culpa exclusiva das autoridades nacional. As fábricas propostas, e aprovadas em 53, para Leopoldina, Minas Gerais, Pelotas, Rio Grande do Sul, teriam cooperativas de produtores associados a elas e forneceriam seu produto exclusivamente para os programas governamentais e, quer na organização eficiente das cooperativas, quer na ausência de garantias de recursos nacionais de contrapartida, foram problemáticas desde o início.^{31*} Apenas a de Pelotas chegou a ser implantada, mas somente em 1960 e, assim mesmo, depois de sucessivos vetos técnicos e pareceres contrários das missões de avaliação do FISI, habilmente contornados por Gertrude Lutz.³⁵ Quanto às usinas de pasteurização, propostas para João Pessoa e Fortaleza em 1951, sofreriam restrições do FISI por não estarem asseguradas as contrapartidas dos Governos Estaduais envolvidos e a destinação do leite à clientela básica do Fundo. Ainda em 51, porém, é aprovada a usina de João Pessoa, sendo abandonada a segunda.³⁶ Assim,

apesar do esforço de diversificação brasileiro, as novidades realmente introduzidas na atuação concreta do FISI foram menos do que se desejava.

Em segundo lugar que, se houve relativa continuidade no estilo de atuação do FISI até 1953, isto se fez com mudanças internas relevantes, especialmente na definição das áreas de abrangência dos programas. Como se lembra, o primeiro era dirigido a quatro estados do Nordeste, mas o segundo, em 51, já seria para o Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além dos anteriores.³⁷ Dado que os recursos não cresciam na mesma proporção, quantidades relativamente menores de população eram beneficiados em cada Estado, caracterizando um padrão de cobertura horizontalmente maior, mas com atendimento qualitativamente inferior. O mesmo pode ser dito do programa suplementar aprovado em 53, de US\$ 32.000, para distribuição de gêneros no Amazonas e Pará, quantia minúscula, que permitia apenas um projeto-piloto desenvolvido pelo SESP.

Esse padrão de rápida expansão geográfica do programa, às expensas de sua qualidade, iria marcar profundamente a atuação do FISI no Brasil durante todo o período. Por trás dele, provavelmente, está um dos dilemas fundamentais de todo programa distributivo, a cara decisão sobre prioridades, que leva a recusar o atendimento a grupos que se julgam merecedores dele, questão mais geral que será desenvolvida oportunamente. Vale ressaltar, contudo, que o problema não era apenas teórico, mas muito real e que, neste caso, o FISI e o governo se viram perante uma crescente pressão pela expansão do programa, exercida por interesses que se definiam como obviamente necessitados dele e, mais, que o eram de fato. Assim, nem bem anunciados os primeiros projetos, o Itamaraty e o Ministério da Educação e Saúde, foram questionados sobre porque deixavam de fora determinados Estados e cidades, algo que iria se repetir inúmeras vezes depois.³⁸

É compreensível, neste contexto, que o FISI houvesse recusado a abertura de muitas novas áreas de atuação e, inclusive, que procurasse financiar iniciativas que, a longo prazo, permitissem a retirada de seu apoio, como a criação de fábricas de leite em pó. Programas distributivos não são problemáticos apenas por sua tendência à expansão horizontal, mas também, por sua quase invencível pressão para se eternizarem. Uma vez começados, fazem surgir tantas expectativas que interrompê-los se torna muito difícil, quando não irrealizável. É claro, porém, que a racionalidade de tanta antecipação, como a sugerida, não é muito freqüente, ainda mais quando se conta, como no Brasil contava, com advogados seus situados dentro de uma instituição como o FISI, que movimentava recursos a fundo perdido e de custo quase zero, pois até o pagamento dos fretes se soube driblar. O que vem a ser, no fundo, a mesma questão anterior, posta, no entanto, não mais no plano das relações entre um programa distributivo de governo e sua clientela, mas no nível de relacionamento entre o FISI, ele próprio por excelência um fundo distributivo, e seus países clientes. Neste plano, como no outro, levava mais quem era capaz de apresentar um pleito mais "bem encaminhado". Por tudo que se disse, o Brasil podia fazer isto e o fez enquanto pode.

Veja-se, por exemplo, o caso de programa aprovado em 1952 para suprimento de gêneros. Visava ele a atender uma situação emergencial no Nordeste, provocada por mais uma seca. No início do ano seguinte, o governo solicitou sua continuação, sob o argumento de que a população continuava desassistida e carente. A administração do FISI acolheu o pedido e o encaminhou ao Comitê de Programa, acompanhado de uma recomendação elaborada por ela própria. Esta não poupava elogios às iniciativas brasileiras, destacava a eficiência do DNCR e afirmava que "o Governo mostrava firme intenção de não vir mais a necessitar auxílio do FISI."³⁹ Tudo isso era pouco mais que falso, especialmente o último ponto, mas não deve causar espanto saber que, com tal recomendação, o pedido terminasse sendo aceito.

Esses quatro anos foram passados, assim, em jogo complexo de forças de expansão e de retração, que ora faziam com o FISI cedesse a uma pressão que chegava a ele por um caminho longo e demorado, originando-se em um estado, indo ao Rio de Janeiro, daí ao Itamaraty, dele à representação local do Fundo e só então a Nova Iorque, ora se recusasse a aceitá-la. Papel crucial desempenhou a quase intransigente defesa que Gertrude Lutz fazia dos pedidos brasileiros, mas é de se frisar que o fazia dentro de determinadas linhas de atuação, aquelas que eram tradicionais para o FISI. O período assiste, portanto, a várias mudanças, particularmente no tipo de expansão de cobertura, mas que, no que dizia respeito ao FISI, não alterava o essencial, sua cautela em abrir novas modalidades de atendimento.

É surpreendente, neste contexto, que estivessemos no limiar de uma transformação significativa exatamente nesse estilo básico do FISI. Ou, então, seria possível explicá-la, caso uma variação tivesse ocorrido no quadro mais geral onde as decisões eram tomadas. Foi o que aconteceu.

Os primeiros sinais de mudança surgem no final de 1953. Em setembro, o representante do Brasil no board do FISI é procurado pelo Diretor-Geral do CARE, nessa altura uma organização que operava no mundo todo, tendo sugerido uma trajetória muito semelhante à do Fundo. Sua intenção era conversar sobre a possibilidade de "novas remessas maciças" de leite em pó para o Brasil, sobretudo para o Norte e o Nordeste, a fim de complementar aquele suprido pelo FISI. O CARE estava "ancioso" em desenvolver algum programa em favor do Brasil e declarou que o Governo Americano dispõe atualmente de cerca de três bilhões de excessos de alimentos (leite, ovos, manteiga, batatas, etc), quantia essa que, em julho próximo atingirá provavelmente cerca de seis bilhões de dólares". O representante brasileiro, por não dispor de instruções, foi reticente, mas pode averiguar que o interesse do CARE ia até ao ponto de se propor a enriquecer

com o leite vitaminas e a pensar uma ampliação da quota originalmente alocada para o Brasil. Por isto, termina ele dizendo:

"Acredita o representante do Brasil que, em vista da excepcional boa vontade demonstrada pelo Diretor do CARE e da urgência em que se encontra o governo americano de se desfazer das enormes quantidades de surplus commodities que tem acumuladas, há uma excelente perspectiva de novos auxílios para mães e crianças necessitadas no Norte e Nordeste do Brasil"^{1*0}

A negociação com o CARE nunca chegou a ser realizada, mas um fato fica ressaltado nessa correspondência: as "enormes quantidades de surplus commodities" no mercado americano. A partir dele, mudaria significativamente a política do FISI, a do próprio governo americano e, conseqüentemente, a do Brasil.

A existência desses excedentes agrícolas faria com que o FISI rompesse com a relutância em diversificar suas formas de atuação em vários países, inclusive aqui. Por outro lado, obrigaria os Estados Unidos a procurar colocar sua safra, mesmo que fosse a preços extremamente baixos. No outro polo, faria com que o Governo Brasileiro, vendo favoráveis as perspectivas para uma substancial elevação nas transferências do FISI, iniciasse o desenvolvimento de novos projetos que aproveitassem a crescente oferta que se anunciava, como, aliás, os governos de diversos outros países também.

Confluem neste ponto, pela primeira vez, duas histórias. A da participação internacional nos programas de assistência à infância, contada nesta seção, e a da alimentação escolar no Brasil, objeto de outras. Daí por diante, essas histórias só se separariam muito mais tarde, e assim mesmo apenas relativamente.

É indispensável guardar que se trata, de fato, de uma confluência. Seria inteiramente equivocado dizer que a alimentação escolar brasileira era uma política formulada e acabada, e que, portanto, pudesse prescindir da participação estrangeira em qualquer sentido. Mas esse erro é equivalente a supor que só a disponibilidade de excedentes de safra naquele momento explicasse a formulação do primeiro Programa Nacional de Alimentação Escolar. Foram realmente esses excedentes que tornaram possível o lançamento do programa, mas ele já estava pensando, estruturado e experimentado, pelo trabalho do grupo dos "profissionais da nutrição", que estudamos em outra seção.

De qualquer maneira, o ano de 1954 foi passado dentro do FISI sob o signo das "enormes quantidades". Logo no início, durante a Reunião do board, fica patente a estratégia que a representação brasileira, através de Cleantho Paiva Leite, adotaria ao longo do ano. No front novaiorquino, uma ativa busca de fazer com que o FISI se tornasse o principal canal de distribuição desses produtos, solução preferida a de confiar em organizações privadas, como o CARE, ou à de realizar compras diretamente no mercado americano. Isto é perfeitamente compreensível se lembrarmos a força da ligação que o Brasil tinha no Fundo, tanto lá como cá, o que, sem dúvida, representava uma margem extra de segurança, pois significava ligar com um parceiro já tradicional e amigo. No front interno, uma procura de interessar as organizações nacionais que pudessem apresentar, projetos que absorvessem esses produtos, tentando levá-las a participar dos novos suprimentos que ficariam disponíveis para quem soubesse aproveitá-los.

Quanto ao primeiro aspecto, na própria abertura da Reunião o representante brasileiro ressaltava o quanto o FISI havia contribuído para o Brasil, mas lembrava que eram programas ainda modestos, dizendo que:

"Caso o FISI pudesse adquirir leite em pó aos

preços atuais ou mais baixos (poderia) ampliar a distribuição atual no sentido de atingir uma maior número de crianças"⁴¹

No dia seguinte, deixava claro que o FISI atingia apenas "uma parcela diminuída do número crescente de crianças que necessitam ajuda" e "que era conveniente uma expansão considerável dos programas do FISI à América Latina no sentido de beneficiar outras áreas e outros grupos de idade, inclusive as crianças de idade pré-escolar e escolar".¹¹²

A referência à alimentação escolar não era gratuita. Por um lado, o próprio FISI dava mostras de ter em mente programas voltadas para esse público, dentro de uma linha mais global de atendimento à escola rural, compreendendo a organização de hortas escolares, a difusão de educação sanitária, a construção de fossas e poços, o fornecimento de máquinas de costura (sic) e a distribuição de leite. Essa idéia foi calorosamente recebida por Cleantho de Paiva Leite, mas nunca seria de fato traduzida em projetos concretos no Brasil, talvez por se voltar para uma instituição praticamente ignorada na política educacional brasileira, exatamente a escola rural.⁴³

Se essa era a proposta básica que o FISI tinha a apresentar para canalizar os excedentes que iria receber dos Estados Unidos, ela pecava por envolver demorados estudos e a montagem projetos muito complexos, na medida em que eram inter-institucionais e integrados. A situação, ao contrário, estava a exigir maior rapidez nas alocações e a simples expansão dos programas de suplementação alimentar para atingir novos públicos termina por prevalecer.

Que a escolha recaísse no escolar era mais que natural. Além de ser uma população sabidamente carente em termos nutricionais, como aliás qualquer outra nos países subdesenvolvidos, ela oferecia a vantagem da aglomeração, permitindo

uma distribuição de gêneros com economias de escala relevantes. Além disso, a existência de uma ampla rede de posto de distribuição, a possibilidade de usar pessoal do sistema de ensino e, ainda por cima, a legitimação técnica do programa, pela conexão entre alimentação e aprendizado, tudo apontava para que fosse ela a preferida, no momento em que era urgente colocar os excedentes. E assim se fez, em programas aprovados ainda nessa reunião para a Colômbia, Honduras, El Salvador, a Guatemala, as Guianas Britânica e Holandesa, Dominica, Grenada, Saint Kitts, São Vicente e Trinidad Tobago.

No front interno, a possibilidade de apresentar novos projetos para aproveitar as disponibilidades do FISI dependia de algumas instituições do campo materno-infantil:

"Adquire assim da maior urgência a preparação, pelas autoridades brasileiras do Ministério da Saúde, de projetos de campanha contra a boubala, contra a lepra e de alimentação escolar suscetíveis de enquadramento dentro dos critérios do FISI. Nesse sentido, aliás, tive a oportunidade de promover no Rio de Janeiro, desde outubro passado, os entendimentos preliminares entre o antigo Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança, a representante do FISI no Brasil e o Diretor do Departamento Nacional de Saúde... (e) com o fim de promover e apressar a preparação de vários projetos (boubala, saneamento do meio, escolas primárias rurais, etc), enviei numerosos documentos de interesse a várias autoridades brasileiras, entre as quais o Dr. Necker Pinto, Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança, o Dr. Ernani Braga, Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde, Professor Anésio Teixeira, Diretor Geral do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura".⁴⁵

Se, então, para diversas "áreas novas" o trabalho estava por começar, especificamente no que dizia à alimentação escolar havia idéias e planos até excessivos e o problema seria, na verdade, diminuí-los, para torná-los mais ajustados às possibilidades do FISI, sem dúvida maiores do que no passado, mas ainda não o suficiente para as intenções dos "nutrólogos":

"Ha um plano da Comissão Nacional de Bem Estar Social, já apresentado pelo Professor Josué de Castro, à representante do FISI, que embora vasto e muito superior aos recursos que o FISI poderia dedicar a um programa desse tipo no Brasil, constitui sem dúvida uma base para a elaboração de um projeto, em menor escala, de caráter experimental" ⁴⁶

vê-se, desta maneira, que por uma série de razões o programa de alimentação escolar seria aquele a ser de fato implantado. Em primeiro lugar, ia ao encontro exatamente da nova situação criada com os excedentes americanos. Em segundo, representava uma forma de atuação que o FISI aprovava, nem que fosse conjunturalmente, e já desenvolvia em outros países latino-americanos. Em terceiro, era o único para qual os trabalhos de planejamento e preparação estavam adiantados ou poderiam ser feitos com mais facilidade. Em setembro desse ano, assim, é feita a primeira liberação de recursos do FISI para alimentação nas escolas, que permite a execução do primeiro programa nacional de merenda escolar. Começa aí a política da alimentação escolar no Brasil.

A ETAPA FISI; A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O projeto de merenda que o FISI aprovou em setembro de 1945, seis meses antes, portanto, que fosse criada a Campanha de Merenda Escolar, previa a distribuição de leite em escolas, a título experimental, a deveria ser, segundo Cleantho de Paiva Leite, a "base do um futuro programa de merenda escolar, em larga escala"^{1,7}. Era prevista a distribuição de 8.800.000 Ibs de leite em pó para atender a 250.000 alunos, dentro de uma liberação global de US\$ 538.400, que incluía, também, dois outros projetos. O primeiro era a continuação do atendimento materno-infantil no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, em Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e na Bahia. O segundo previa sua expansão para o Mato Grosso e Goiás. O projeto experimental era para "intensificar, em parte da região, o programa de merenda escolar, que será levado, a efeito sob os auspícios do Ministério de Educação"⁴.

A aprovação do projeto no mesmo momento em que se renovava, pela quinta vez, o acordo com o FISI para atender onze estados e se aumentava a lista para incluir mais dois, não passaria despercebida, no que significava de problemas posteriores, à Representação Brasileira no Fundo. No Relatório sobre a recém-terminada reunião, Cleantho de Paiva Leite, um dos que mais ardorosamente havia defendido a oportunidade de aproveitar as ofertas do FISI, se mostrava preocupado com o que chamava "programas grandes demais" (sic), na medida em que dificilmente o Governo poderia assumi-los quando não contasse mais com o apoio externo.*

Nos vemos de novo perante o dilema da distribuição, sua tendência à expansão e eternização. Quase que de ano a ano havia crescido o número de estados que, mobilizando seus recursos políticos, se incluíam nos programas do FISI. Dos quatro

iniciais, se passou a nove, depois a onze e depois a treze. Nenhum sinal havia, por outro lado, de que a participação do FISI pudesse declinar. Seria perfeitamente razoável, portanto, esperar que o mesmo viesse a acontecer com a merenda escolar.

O que, talvez, não estava previsto, era a velocidade em que isto se daria, a ponto de forçar o Governo Brasileiro a uma linha de ação que até então havia sido evitada. Nem Bem um ano se passou e as remessas do FISI se mostraram insuficientes, surgindo a necessidade de complementá-las com compras diretas no mercado americano.

O programa aprovado em setembro de 54 foi seguido por um Convênio assinado em 20 de junho de 1955, mas as remessas de leite em pó começariam a chegar desde abril. Sua validade era por dois anos e tinha por meta "(o fornecimento) do leite em pó na base de 40 gramas diárias por beneficiário e para duzentos dias de cada ano letivo."⁵⁰

Pelo Plano de ação do Convênio, a distribuição se faria de acordo com as quantidades expressas no Quadro 4:

QUADRO 4

PREVISÃO DE ATENDIMENTO DO CONVÊNIO MEC/FISI I

- 1955 e 1956 -

ESTADOS	Nº DE ESCOLAS	TOTAL DE LEITE EM PÓ (lbs/ano)
Piauí.	27.000	475.000
Ceará	80.000	1.400.000
Rio G. do Norte	34.000	600.000
Paraíba	51.000	900.000
Alagoas	35.500	625.000
Sergipe	22.000	400.000
TOTAL	250.000	4.400.000

FONTE: Convênio MEC/FISI I, cit, pag. 3

O valor global das mercadorias fornecidas pelo FISI seria de US\$ 215.000, mas o Governo Brasileiro se obrigava a complementá-lo com dotações aos 6 estados envolvidos no total Cr\$ 1.400.000.000, para a "aquisição de gêneros alimentícios de alto valor nutritivo a serem utilizados em conjunto com o leite doado"⁵¹. Como se vê, desde o primeiríssimo momento a merenda incluía "alimentos formulados", pois não era outra coisa que queria dizer a expressão "alto valor nutritivo".⁵²

O mais notável nesse convênio, porém, era a modestia de seus números. Pouco mais de 2.000 toneladas ao ano, apenas 250.000 beneficiários e não mais que 6 estados atingido, tudo contrastava com o quadro anteriormente descrito, das "enormes quantidades". A razão para ela, como se pode imaginar, era a cautela do próprio FISI, temeroso em se lançar em mais um fisco sem fundo no Brasil, algo que fica perfeitamente claro quando os dois outros parceiros resolvem negociar diretamente.

Assim, logo no início de 1955, antes mesmo que começassem a chegar os gêneros aprovados em setembro de 54, iniciaram-se os entendimentos entre o MEC e o Governo Americano, para a compra de leite em pó complementar ao que o FISI transferia. Isto foi feito através da Commodity Credit Corporation. CCC, uma autarquia com funções basicamente iguais às que: a Comissão de Financiamento da Produção, CFP, desempenha no Brasil, isto é, a manutenção de preços de garantia a produtores rurais, e que figuraria na história da alimentação escolar brasileira até os anos sessenta.

O Brasil se propunha a comprar 5.000.000 de libras de leite, ao preço de 1 centavo de dólar a libra, para entrega imediata. Do lado americano, as exigências eram de que o pagamento fosse à vista e que os gêneros fossem exclusivamente utilizados para a finalidade estabelecida.⁵³ Como se vê, algo bem mais simples que os negócios do FISI, que sempre implicavam em preparar planos e justificar projetos. O preço cobrado, que

fazia com que toda a partida ficasse por US\$ 50.000 era tão pequeno, que o problema de negociar com um parceiro novo talvez sequer se colocasse. Assim, em 6 de setembro de 1955, foi assinado o primeiro contrato com a CCC, de número DAPS-17.

O destino a ser dado ao leite seria o que se pode ver no Quadro 5, a seguir:

QUADRO 5

OBSTINAÇÃO DO LEITE DAPS 17

ESTADOS	QUANTIDADE (t)
Maranhão	40
Pernambuco	200
Bahia	100
Espírito Santo	100
Rio de Janeiro	60
Paraná	60
Santa Catarina	50
Mato Grosso	50
Goiás	60
São Paulo	300
Rio Grande do Sul	200
Minas Gerais	250
Distrito Federal	400
Amazonas	400
T O T A L	2.270

Fonte: "Ofício de 15/07/1955 do Ministro da Educação e Cultura ao Ministro das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 51.197

Comparando-se este, com o Quadro 4, atrás, podem-se fazer algumas observações interessantes. Em primeiro lugar, vê-se que a compra na CCC totalizava uma quantidade supe

rior àquela transferida pelo FISI, mas pouco. Em segundo po-
rem, que ora ela se pretendia atingir a todo o resto do país,
o que não se poderia fazer será queda muito significativa no
padrão de atendimento.

Para se ter uma idéia, aceitando-se a relação
entre número de escolares e quantidades de leite em pó do qua-
dro anterior, pode-se ver que, grosso modo, a Paraíba, via
FISI, receberia mais leite sozinha que a soma do destinado, via
CCC, ao Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, o mesmo se
poderia dizer do Ceará, a quem cabia mais do dobro do previsto
para Pernambuco e Bahia juntos.

Em terceiro lugar, finalmente, que se as quanti-
dades absolutas já eram pequenas nos Estados do Nordeste, no
caso dos mais populosos do Leste se tornam ridículas. Atingir
a menos de 35.000 alunos em Minas Gerais é fazer pouco é fazer
pouco mais que nada

Criou-se, então, desde o primeiro ano de opera-
ção do programa de alimentação escolar em modelo que duraria
ate o final da década. Alguns de seus traços principais são a
seguir indicados:

- 1) Dupla origem dos gêneros importados: em pro-
porções, variáveis, sempre houve duas ori-
gens básicas, o FISI e a CCC. O quadro 6 mos-
tra esse padrão:

QUADRO 6

PARTICIPAÇÃO DO FISI E DA CCC NA IMPORTAÇÃO DE GÊNEROS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - 1955/1959

ANOS	TRANSFERÊNCIAS DO FISI (mil lbs)	COMPRAS CCC (mil lbs)
1955	4,372	5.000
1956	6.758	2.205
1957	3.560	10.000
1958	11.541	(-)
1959	(-)	(-)
TOTAIS	26.231	17.205

Nota: (-) dados não obtidos

Fonte: Arquivo do MRE, Pastas 51.197, 70.839 e 83.142

- 2) Manutenção da posição vantajosa do Brasil no FISI:
- 3) Dificuldades crescentes de importar face aos problemas cambiais do final do período JK.
- 4) Problemas com a CCC: atrasos nos pagamentos , desvios de alimentos (carta de Julianelli a respeito).
- 5) Elevação constante dos custos de leite comprado à CCC.
- 6) Dependência dos fornecimentos: depois de começar, tem de continuar mesmo a custos maiores (ponto anterior).
- 7) Retração do FISI no final do período, entrada da AID.

NOTA: Estas últimas duas páginas são apenas um sumário do que

se deve abordar a seguir. Não acredito que faça sentido continuar a contar a história da participação internacional, sem referência aos acontecimentos internos. No nível atual de disponibilidade de dados, isto não me é possível.

9

Assim, creio que as duas primeiras sub-seções deste texto são legítimas, mesmo que baseadas quase que apenas em um tipo de fonte. Continuar, porém, é jogar trabalho fora, luxo ao qual não podemos nos dar.

NOTAS

01. A sigla FISFI, Fundo Internacional de Socorro à Infância, vera da tradução para o português de UNICEF, ünitied Nations International Children Emergency Fund.

É obvio que o uso atual é da expressão no original. Preferimos, no entanto, manter FISFI nesta seção por duas razões. Em primeiro lugar, era assim empregado durante o período em apreço, e julgamos conveniente respeitar o costume. Em segundo, porque o abrasileiramento da expressão tem, provávelmente, significado próprio. De um lado, era talvez parte de uma estratégia para "enraizar" esse programa da OKU no Brasil, tornando-o mais assimilável pela sociedade. De outro, ele tem o sabor de um certo provincianismo perdido com a cosmopolitização de alguns segmentos da população brasileira e é bastante sugestivo do estado de espírito nacional àqueles tempos já, quase, remotos.

02. Isto também pode ser verdade em sentido oposto. Veja-se, por exemplo, a situação na "etapa nacional", onde continua a se verificar uma participação internacional/ a do Programa Mundial de Alimentos, da ONU. Neste caso, as peculiaridades do PMA são tais que sua ligação como o restante dos programas da Campanha se faz problematicamente, sugerindo que existe algo essencialmente diverso, as regras nacionais.

03. Vide UNICEF. Resolution Adopted by the General Assembly in the 264th Plenary Meeting in 02/12/1949, New York, Dec. ,1949, pags. 1 et passim

04. Idem, ibidem, pag 1

05. Idem, ibidem, pag 3

06. Idem, ibidem, pag 4

07. In "Telegrama de 06/05/1950, da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Pasta 40.280.
08. Quanto ao Brasil, isto fica evidente na "Carta do Diretor Executivo do FISI ao Ministro das Relações Exteriores, em 06/01/1950", Arquivo do MRE, Pasta 40.280.
09. Os países envolvidos eram Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. Ver ONU Report of the Programme Committee to Five Countries of Central America, Doc. E/ICEF/266, de 07/07/1954, pag 3, Arquivo de MRE, Pasta 70.837.
10. Citado no "Telegrama da Embaixada do Brasil em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 17/04/1950", Arquivo de MRE, Pasta 40.280.
11. Ver "Telegrama de 06/05/1950...", citado, onde se menciona que o Senador Robert Taft estava apresentando projeto de aumento da contribuição americana.
12. in "Carta da Representante do FISI no Brasil ao Ministro das Relações Exteriores, em 01/12/1953", Arquivo do MRE, Pasta 70.837.
13. "Carta do Diretor-Executivo do FISI...", citada.
14. in "Telegrama de 18/01/1950 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Delegação Brasileira na ONU", Arquivo do MRE, Pasta 40.280.
15. in "Telegrama de 3.7/04/1950 da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 40.280.
16. in "Telegrama da Embaixada em Montevideu...", citado.

17. Ver, especialmente, o "Telegrama de 10/06/1950 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Delegação Brasileira na ONU", Arquivo do MRE, Pasta 40.280.
18. "Carta-Telegrama nº 252, 26/06/1950, da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores" , Arquivo do MRE, Pasta 40.280. Todas as citações seguintes foram extraídas desse documento.
19. Campos, por exemplo, foi convidado para o cargo de Diretor Regional do FISI para a América Latina, mas não aceitou. Ver "Carta-Telegrama nº 158, de 1951, da Secretaria de Estado das Relações, à Delegação Brasileira na ONU", Arquivo do MRE, Pasta 40,280. Cleantho de Paiva Leite, indicado para substituí-lo, terminou sendo nomeado representante brasileiro no FISI.
20. Ver "Ofício do Chefe do Departamento Político e Cultural ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Criança, em ' 19/03/1953 Anexo I", Arquivo do MRE, Pasta 70.836A.
21. in "Carta-Telegrama nº 41, de 14/02/1951, da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 40.280.
22. in "Carta-Telegrama nº 115, de 21/09/1953, da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 70.836A.
23. Conforme o "Telegrama de 10/06/1950...", citado.
24. in Acordo entre o Fundo Internacional de Socorro à Infância e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, de 9 de junho de 1950, pag 1, Arquivo da Div. de Atos Internacionais, MRE.
25. in Relatório do Governo Brasileiro sobre atividades de Proteção à Criança de 1940 a 1950. Arquivo do MRE, Pasta ' 40.280.

26. Anexo ao "Ofício de 31/05/1951, do Diretor Regional do FISI para a América Latina ao Ministro das Relações Exteriores" Arquivo do MRE, Pasta 40.280.
27. in "Ofício de 10/10/1950 do Representante do FISI no Brasil ao Ministério das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 40.280, grifos no original.
28. Ver "Ofício de 19/10/1950, do Representante do FISI no Brasil ao Ministério das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 40.280.
29. O curriculum vitae de Gertrude Lutz mostrava que ela não tinha a menor experiência anterior de coordenação de programas como o brasileiro. Havia trabalhado em seu país de origem com "aldeias infantis"; na Iugoslávia, em programas de distribuição de vestuário; na Finlândia, em distribuição de alimentos e vestuário e na Polônia era assistência à criança abandonada. Ver "Ofício de 06/07/1951, do Representante do FISI no Brasil ao Ministro das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 40.280. É curioso assinalar que a posição brasileira de recusar funcionários internacionais que não falassem português ou espanhol e não estivessem familiarizados com a América Latina, adotada no caso da Sra. Lutz, levando a uma recusa inicial de seu nome, se mostraria inteiramente equivocada mais tarde. De certa forma, o mesmo aconteceu com o preenchimento do cargo de Diretor Geral do FISI na América Latina, quando o Brasil também recusa a indicação de Mr. Robert Davée, por ser francês, a acreditar o Brasil que tal lugar deveria ser ocupado por um funcionário latino-americano. Ambos se tornaram, mais tarde, excelentes defensores dos pleitos brasileiros no FISI.

A respeito dos recursos, ver "Telegrama do Chefe do COI para o Representante do FISI no Brasil, s. de "Ofício de 23/01/52 do Chefe do Dep. Político e Cultural do MRE ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Criança", Arquivo

c
do MRE, Pastas 40,280 e 70.836-B.

30. Dados em Brasil, Ministério da Educação e Saúde - Contribuições do Governo Brasileiro para o Desenvolvimento do Plano FISI, s . d.
31. Vale a pena mencionar alguns exemplos disso: em 1955, a Sra Lutz escreve ao Itamaraty se lamentando pela falta de um telefone em sua casa.. O Secretário-Geral escreve, logo a seguir, ao Prefeito do Rio de Janeiro encarecendo-o a solucionar a situação. Como a questão não se resolve, no ano seguinte o próprio Secretário-Geral volta a fazer o pedido. Vê-se, no caso, a importância atribuída ao pedido de Gertrude Lutz, capaz de fazer com que o segundo na hierarquia de Ministério intercedesse com insistência em seu favor. Outro exemplo, mais momentoso, foi a demissão de um funcionário não - brasileiro que a representação do FISI empregava. Era toda a pendência judicial que se segue, o Itamaraty coloca um advogado de prontidão, sempre apontando que era o FISI quem tinha razão. Há outros, ainda, de menor vulto, como o pronto atendimento de pedidos de liberação de bagagens, concessão de placas de corpo diplomático, policiamento para a casa particular de Gertrude Lutz no Rio, etc.
- 32- In Acordo entre o Fundo..., citado, Artigo II, alínea G. Sobre o destino das contribuições brasileiras, ver "Carta da Representação do FISI no Brasil ao Ministério das Relações Exteriores, em 28/10/1957", Arquivo do MRE, Pasta 70.839. ' Sobre a compra de arroz para a Índia, ver "Carta do Representante do FISI no Brasil ao Ministro das Relações Exteriores, de 25/06/1951", Arquivo do MRE, Pasta 40.280. Em 1953 a Sra. Lutz justifica haver concordado com a transformação' da contribuição brasileira em pagamento de fretes sob o argumento de que havia "falta de gêneros" (sic). Ver "Carta da Representante do FISI no Brasil ao Ministro das Relações Exteriores, em 02/04/1953, Arquivo do MRE, Pasta 70.835-B.

33. Ver Parágrafo 52 do "Relatório sobre as Reuniões do Conselho de Administração e do Comitê de Programas do FISII da ONU", 30 de abril a 24 de maio de 1951, Arquivo do MRE, Pasta 40.280.
34. O Ministério da Agricultura chega até a comunicar oficialmente ser impossível fazer o "matching" de recursos para as fábricas. Ver Aviso Ministerial, nº 601-1861, de 05/10/1954, do Ministro da Agricultura ao Ministro das Relações Exteriores, Arquivo do MRE, Pasta 70.837.
35. Ver, a esse respeito, Brasil, Ministério da Saúde - O Departamento Nacional da Criança - Álbum do Jubileu de Prata do DNCR. 1940/1965, Rio de Janeiro, s.d., 44p, pags. 16 e 17.
36. Ver a respeito da posição do FISII a "Carta Telegrama nº 232, de 03/11/1951, da Embaixada em Paris à Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 40.280. Não temos informações sobre o destino da usina aprovada. É interessante, de qualquer maneira, observar que a sede do FISII, a altura dos primeiros contatos, era em João Pessoa. Ainda em 1956, contudo, ela não havia sido implantada, pois Gertrude Lutz comunicava então o reinício de negociações para viabilizá-la. Ver "Ofício da representante do FISII no Brasil ao Ministério das Relações Exteriores, em 06/01/1956" Arquivo do MRE, Pasta 70.838.
37. Sobre os estados atendidos, ver, por exemplo "Telegrama nº 132, de 12/12/1951, da Embaixada em Paris à Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 40.280.
38. Nos arquivos do Itamaraty existem dois exemplos disto: O requerimento de informações do Dep. Lameira Bittencourt, do Pará, sobre porque seu Estado não era incluído (RI 249/1951, da Câmara dos Deputados), e o Ofício da Assembléia Legisla-

tiva de Mato Grosso, que solicitava explicações sobre a exclusão de Cuiabá do rol de cidades onde fábricas de leite em pó seriara construídas. Como estamos perante três burocracias, (o PISI, o Itamaraty e o Ministério) era sempre possível um "jogo de empurra" das pressões, cada qual dizendo que o assunto não lhe competia. Há, porém, limites para isto, e, um dia, o resposta final tem que ser dada por alguém. Ver Arquivo do MRE, Pasta40.280.

39. In UNICEF Recommendation of the Executive Director for an Appoetionment for Continuation of a Feeding Program in Brazil E/ICEF/R-425, 25/02/1953 "Restricted", pag. 2.
40. Esta e as citações anteriores in. "Carta-Telegrama nº .116 , 01/09/1953, da Delegação Brasileira na ONU a Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 70.836-A.
41. In "Carta-Telegrama nº 41, de 02/03/1954, da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 70.837.
42. In "Carta-Telegrama nº 65, 03/03/1954, da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores" Arquivo do MRE, Pasta 70.837.
- ⁴³. In "Carta-Telegrama nº 44, de 03/03/1954, da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 70.837.
44. Sobre Honduras, ver Carta-Telegrama nº 43, de 03/03/1954, da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Arquivo do MRE, Pasta nº 70.837. Sobre os demais países e colônias, "Carta-Telegrama nº 47, de 04/03/1954, da Delegação Brasileira na ONU à Secretaria de Estado das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta

70.837. Os recursos aprovados variavam de US\$ 25.000, para a Colômbia, a US\$ 2.500 para a pequena ilha inglesa de São Vicente.

45. In "Relatório Apresentado pelo Representante Brasileiro a Reunião do FISI, parágrafos 52 e 55, pags. 20 e 21, Anexo do Ofício de 10/03/1954 do Representante Brasileiro à Delegação na ONU" Arquivo do MRE, Pasta 70.837.
46. idem, parágrafo 53, pag. 20
47. In "Ofício de 03/09/1954 do Representante Brasileiro do FISI ao Secretario-Geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores" Arquivo do M.RE, Pasta 70.837.
48. In "Ofício de 20/09/1954, da Representante do FISI no Brasil ao Ministro das Relações Exteriores", Arquivo do MRE, Pasta 70.837, de onde se extraíram os dados.
49. In. "Relatório sobre a reunião do FISI, Anexo ao Ofício de 01/10/1954 do Chefe da Delegação Brasileira na ONU ao Ministro das Relações Exteriores," Arquivo do MRE, Pasta 70.837.
50. In "Convênio que entre si firmam o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e o FISI, para a realização de um Programa de Distribuição de Leite em Pó aos Escolares